

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

APARECIDA DA PENHA KROHLING CHRIST

**A MULTIFUNCIONALIDADE DO CONECTIVO “QUANDO”
EM PROPAGANDAS**

VITÓRIA
2012

APARECIDA DA PENHA KROHLING CHRIST

**A MULTIFUNCIONALIDADE DO CONECTIVO “QUANDO”
EM PROPAGANDAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, na área de concentração de Estudos Descritivos.

Orientadora: Prof^a Dr^a Lúcia Helena Peyroton da Rocha.

VITÓRIA
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C554m Christ, Aparecida da Penha Krohling, 1975-
A multifuncionalidade do conectivo “quando” em
propagandas / Aparecida da Penha Krohling Christ. – 2012.
99 f.

Orientador: Lúcia Helena Peyroton da Rocha.
Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e
Naturais.

1. Funcionalismo (Linguística). 2. Conectivos (Linguística).
3. Propaganda. I. Rocha, Lúcia Peyroton da. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. III. Título.

CDU: 80

APARECIDA DA PENHA KROHLING CHRIST

**A MULTIFUNCIONALIDADE DO CONECTIVO “QUANDO”
EM PROPAGANDAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Linguística.

Aprovada em 28 de novembro de 2012.

Comissão Examinadora:

Prof.^a Dra. Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)
Orientadora, Presidente da Sessão e da Comissão Examinadora

Prof.^a Dra. Micheline Mattedi Tomazi (UFES)
Membro Titular Interno da Comissão Examinadora

Prof.^a Dra. Leonor Werneck dos Santos (UFRJ)
Membro Titular Externo da Comissão Examinadora

A Deus e aos meus pais que me deram a vida.

À minha família pela confiança que em mim foi depositada.

Ao meu marido, Oldair, pelo carinho, pela paciência, pelo apoio e pela renúncia.

À minha filha, Caroline, pela compreensão e pela alegria que traz à minha vida e à Camila, que, mesmo antes de nascer, compartilha comigo as alegrias e as angústias dessa caminhada.

Aos meus colegas de trabalho e, em especial, à Maria Lucia Casate, pela força e compreensão.

À Ângela, anjo de luz, que ajuda a iluminar esse e outros caminhos.

À Bárbara, Camila, Lays, Elizana, Lorena e Lana, pelo incentivo e pela amizade.

AGRADECIMENTO

À minha orientadora Lúcia Helena, pelas oportunidades concedidas, pelas valiosas contribuições teóricas, pelo respeito que dispensa a todos ao seu redor e pela paixão pelos estudos linguísticos, que me levaram a recobrar as forças nos momentos mais difíceis.

À professora Leonor Werneck dos Santos, pela disponibilidade em contribuir.

Às professoras Micheline Mattedi Tomazi e Edenize Ponzo Peres, pelas considerações extremamente pertinentes.

A todos os professores do Mestrado, pelo compromisso com os estudos linguísticos.

À Ângela Maria Beccalli, pelo companheirismo e pela preciosa ajuda.

“Mestre não é quem sempre ensina, mas quem, de repente, aprende.”

João Guimarães Rosa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	20
3 FUNCIONALISMO.....	23
3.1 A perspectiva funcional da sentença.....	27
3.2 Informatividade.....	27
3.3 Iconicidade.....	28
3.4 Marcação.....	29
3.5 Protótipo e <i>Continuum</i>	30
4 REVENDO CONCEITOS: a articulação de orações.....	33
4.1 A articulação de orações nas gramáticas tradicionais.....	33
4.2 A articulação de orações nas obras de linguistas.....	36
4.3 A articulação de orações e o processo de hipotaxe.....	38
5 O CONECTIVO “QUANDO”.....	44
6 A MULTIFUNCIONALIDADE DO CONECTIVO “QUANDO” EM PROPAGANDAS.....	48
6.1 A delimitação das relações inferenciais.....	49
6.1.1 Relações de condicionalidade.....	49
6.1.1.1 Aplicação do teste de condicionalidade.....	51
6.1.2 Relações de temporalidade.....	52

6.1.2.1 Aplicação do teste de temporalidade.....	55
6.1.2.2 Aplicação do teste de temporalidade e condicionalidade.....	57
6.1.3 Relações de concessão.....	58
6.1.3.1 Aplicação do teste de concessão.....	61
6.1.4 Relações de causalidade.....	62
6.2 Análise do <i>corpus</i>	65
6.2.1 Propaganda da Nextel.....	65
6.2.2 Propaganda da Perdigão.....	67
6.2.3 Propaganda da abecs.....	69
6.2.4 Propaganda do Unibanco.....	71
6.2.5 Propaganda do Sindimármore.....	72
6.2.6 Propaganda da Pedigree.....	75
6.2.7 Propaganda da Mapfre Seguros.....	77
6.2.8 Propaganda da Chevrolet.....	79
6.2.9 Propaganda da Petrobras.....	81
6.3 Quantificação dos dados.....	83
7 CONCLUSÃO.....	89
REFERÊNCIAS.....	92
ANEXO A – CHAVE DE CODIFICAÇÃO.....	95
ANEXO B – ANÁLISE DE DADOS NO GOLDVARB.....	97

Lista de quadros, gráficos e tabelas

Quadro 1: Quadro baseado na proposta de Mira Mateus et. al. para as orações subordinadas.....	36
Quadro 2: Quadro baseado na proposta de Decat para a articulação de orações e os processos de subordinação e hipotaxe.....	39
Quadro 3: Conjugação dos eixos de dependência semântica e integração sintática do processo de articulação das orações.....	41
Quadro 04: Quadro baseado na proposta de Neves com as subdivisões das construções condicionais.....	50
Quadro 05: Aplicação do teste de condicionalidade.....	51
Quadro 06: Quadro baseado na proposta de Neves sobre as relações de tempo e condição.....	54
Quadro 07: Aplicação do teste de temporalidade.....	55
Quadro 08: Aplicação do teste de temporalidade e condicionalidade.....	57
Quadro 09: Quadro baseado na proposta de Neves sobre as relações de concessão.....	59
Quadro 10: Aplicação do teste de concessão.....	61
Quadro 11: Aplicação do teste de causalidade.....	64
Tabela 01 - Ocorrências do conectivo 'quando' por tipo de relação inferencial.....	83
Tabela 02 – Apresentação dos resultados obtidos no programa GoldVarb.....	86

Tabela 03 – Ocorrências do conectivo ‘quando’ por tipo de relação inferencial e correlação dos tempos verbais.....87

Tabela 04 – Ocorrências do conectivo ‘quando’ por tipo de relação inferencial e posição da cláusula hipotática.....88

Gráfico 01: Ocorrências do conectivo ‘quando’ por tipo de relação Inferencial.....84

Lista de Figuras

Figura 1 – Abordagem platônica das categorias.....	31
Figura 2 – Abordagem wittgensteiniana das categorias.....	31
Figura 3 – Abordagem das categorias baseada em protótipos.....	32
Figura 04 – [Propaganda Casas Bahia].....	51
Figura 5 – [Propaganda Rodosol].....	55
Figura 6 – [Propaganda Ministério da Justiça].....	57
Figura 7 – [Propaganda SBP].....	61
Figura 08 – [Propaganda Nextel].....	65
Figura 9 – [Propaganda Perdigão].....	67
Figura 10 – [Propaganda abecs].....	69
Figura 11 – [Propaganda Unibanco].....	71
Figura 12 - [<i>Outdoor</i> do Sindimármore].....	72
Figura 13 – [Propaganda Pedigree].....	75
Figura 14 – [Propaganda MAPFRE Seguros].....	77
Figura 15 – [Propaganda Chevrolet].....	79
Figura 16 – [Propaganda Petrobras].....	81

RESUMO

As Gramáticas Tradicionais, em geral, ao versarem sobre a coordenação e a subordinação o fazem a partir de um ponto de vista meramente sintático, atendo-se ao âmbito frástico, o que indica que novos encaminhamentos precisam ser realizados no tratamento das orações. Neste trabalho, pretendemos ressaltar a importância de se considerarem na análise das orações os fatores semânticos e pragmáticos, além dos sintáticos. Dentro da perspectiva da Teoria Funcionalista da linguagem, que aponta o propósito comunicativo como função primordial da língua e preconiza a análise dos dados a partir do uso efetivo, tendo por base as proposições de Givón (2001), Matthiessen e Thompson (1987) e Decat (1993, 1999 e 2001), buscamos encontrar outros usos para o conectivo **quando**, além do prototípico, a partir da observação das relações inferenciais que emergem da articulação de cláusulas no discurso. O *corpus* deste trabalho foi composto por propagandas veiculadas em diversos suportes, no período compreendido entre 2004 e 2010, totalizando 92 propagandas e 111 ocorrências. A escolha desse *corpus* se deu em função da grande circulação das propagandas e também pelo seu alcance na sociedade. Como procedimentos metodológicos, foram elaboradas algumas perguntas, as quais denominamos testes, a partir das abordagens de Neves (2000) e Mira Mateus et al. (2003), aplicados após a análise qualitativa das peças, para ratificar as classificações prévias embasadas em nosso conhecimento de mundo e na capacidade intuitiva de falantes nativos da língua. Todas as propagandas foram analisadas qualitativamente e quantitativamente e separadas posteriormente em cinco (05) grandes grupos. As análises evidenciaram que as relações inferenciais mais encontradas foram as de tempo e as de tempo e condição concomitantemente, que representam mais de 40% do *corpus*. Foram selecionados três (03) exemplos de cada grupo para amostragem neste trabalho. Para obtenção dos dados quantitativos, valemo-nos de alguns princípios da metodologia de trabalho da sociolinguística. Acreditamos, então, na importância da análise que leva em consideração as relações inferenciais que emergem da articulação de cláusulas, pois valoriza a interação sócio-comunicativa, com o propósito de revelar, também, os

aspectos semânticos e pragmáticos e os seus efeitos sobre a língua, que é vista aqui como um fenómeno dinâmico e não como um sistema estático.

Palavras-chave: conectivo quando; hipotaxe adverbial; propaganda; funcionalismo.

ABSTRACT

Traditional Grammars, in general, address coordination and subordination from a purely syntactic point of view, abiding to the phrasal scope, which indicates that new referrals should be conducted in the treatment of sentences. In this work, we intend to highlight the importance of considering, in the analysis of sentences, semantic and pragmatic factors, beyond the syntactic ones. From the perspective of the Functionalist Theory of language, which points to the communicative purpose as the primary function of language and advocates the analysis of the data from actual use, based on the propositions of Givón (2001), Matthiessen and Thompson (1987) and Decat (1993, 1999 and 2001), we seek to find other uses for the connective **when**, besides the prototypical, from the observation of inferential relations that emerge from the articulation of clauses in speech. The corpus of this work was composed by the advertisements in various media, in the period between 2004 and 2010, totaling 92 advertisements and 111 occurrences. The choice of this corpus was due to the wide circulation of advertisements and also for their power in society. As methodological procedures, some questions, which we call tests, were prepared from the approaches of Neves (2000) and Mira Mateus et al. (2003), and were applied after a qualitative analysis of the pieces, to ratify the previous classifications grounded in our knowledge of the world and the intuitive ability of native speakers. All advertisements were analyzed qualitatively and quantitatively and subsequently separated into four (04) large groups. The analyzes showed that the inferential relations the most found were time and time and concurrently condition, representing more than 40% of the corpus. We selected three (03) samples of each sample group for this study. To obtain quantitative data, we made use of some principles of the working methodology of sociolinguistics. We believe, then, on the importance of an analysis that takes into account the inferential relations that emerge from the articulation of clauses; because it values socio-communicative interaction, with the purpose of revealing, too, semantic and pragmatic aspects and its effects on language, which is seen here as a dynamic phenomenon and not as a static system.

Keywords: connective when; adverbial hypotaxis; advertisement; functionalism.

1 INTRODUÇÃO

A capacidade do ser humano de se comunicar por meio da articulação da linguagem sempre despertou a atenção do homem. Ao longo dos anos, os estudiosos da linguagem desenvolveram suas pesquisas buscando compreender os mecanismos desta complexa capacidade, alguns sob uma perspectiva mais voltada à forma e outros priorizando a interação entre o homem, a linguagem e a sociedade.

Ligados à articulação da linguagem estão os processos que relacionam as orações, mais conhecidos como coordenação e subordinação. Nas gramáticas tradicionais, em geral, os estudos que focalizam a coordenação e a subordinação o fazem sob uma abordagem sintática, priorizando as relações de dependência ou independência. No caso específico das orações adverbiais introduzidas pelo conectivo **quando**, nosso objeto de estudo, a identificação e a classificação são realizadas a partir da conjunção que as encabeça, atendo-se a um critério estritamente formal, desconsiderando as relações que emergem da articulação entre as orações.

Tal concepção não abarca toda a complexidade do fenômeno linguístico, por isso faz-se necessária uma análise que leve em consideração o contexto linguístico e extralinguístico. De acordo com Matthiessen e Thompson (1987), não é possível definir ou caracterizar uma “cláusula subordinada” estritamente no nível da sentença, o contexto discursivo em que a cláusula aparece deverá ser levado em consideração, conforme preconiza o funcionalismo.

Furtado da Cunha (2010), por exemplo, afirma que:

Diferentemente das teorias formais, o funcionalismo pretende explicar a língua com base no contexto linguístico e na situação extralinguística. De acordo com essa concepção, a sintaxe é uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso, ao qual se molda. Ou seja, há uma forte vinculação entre discurso e gramática: a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva (FURTADO DA CUNHA, 2010, p. 163).

Koch (2006) afirma que o funcionamento global de uma língua só pode ser explicado a partir de um estudo que integre os componentes sintáticos, semânticos e pragmáticos. Nessa perspectiva, são observadas, nessa dissertação, as inferências que emergem da articulação de cláusulas¹ em propagandas, com o objetivo de identificar a multifuncionalidade do conectivo **quando**, ou seja, detectar outras funções, além da prototípica temporal, para o conectivo **quando** em propagandas. A reflexão sobre a multifuncionalidade instaurada desde o título, no presente trabalho, se coaduna com a perspectiva funcionalista de que há correlação entre uma forma e várias funções, assim como entre uma função e várias formas, contrariando posições radicais sobre o isomorfismo linguístico, como a de Bolinger (1977, apud GIVÓN, 2001, v. 1, p. 2. Tradução nossa)² para quem “... A condição natural da língua é preservar uma forma para um significado e um significado para uma forma...”. A esse respeito, Furtado da Cunha, Costa e Cezario (2003) nos dizem que:

É com Bolinger (1977) que o *isomorfismo* linguístico revela sua face radical, quando postula que a condição natural da língua é preservar uma forma para um sentido, e vice-versa. Estudos sobre os processos de variação e mudança linguísticas, ao constatar a existência de duas ou mais formas alternativas de dizer “a mesma coisa”, levaram à reformulação dessa versão fonte. Na língua que usamos diariamente, especialmente na língua escrita, existem por certo muitos casos em que não há uma relação clara, transparente, entre forma e conteúdo. [...] encontramos correlação entre uma forma e várias funções, ou entre uma função e várias formas (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003, p. 31).

O que motivou essa tarefa foi a proposta de Neves (2000), que sugere a existência de outras relações semânticas, além da prototípica temporal, no uso do conectivo. Para subsidiar as análises das relações inferenciais, objetivamos realizar um estudo sobre a parataxe e a hipotaxe, para definição da hipotaxe adverbial ou de realce, no intuito de traçar um contraponto com a abordagem das gramáticas tradicionais sobre o processo de coordenação e subordinação.

¹ Em consonância com a proposição de Decat (2001), foi considerada cláusula (ou oração) qualquer estrutura provida de verbo, ainda que formada somente por este elemento. Foram consideradas estruturas verbais aquelas compostas tanto pelas formas flexionadas como pelas formas nominais.

² É de nossa responsabilidade a tradução de todas as citações apresentadas neste trabalho. “...The natural condition of language is to preserve one form for one meaning and one meaning for one form...”

Considerando que outros trabalhos foram desenvolvidos com objetivos semelhantes, identificar outras interpretações de construções com conectivos prototipicamente temporais no Português, [Ferreira (2008); Ramos e Silva (2012); Pante e Maceis (2009); Hirata-Vale (2008)], acreditamos que a importância do presente trabalho é a identificação de tais ocorrências em propagandas, não explorada pelos autores acima mencionados. A escolha do *corpus* demonstra a nossa preocupação em trabalhar com o significado de estruturas que aparecem no uso real e que não pode, de forma alguma, ser dissociado de seu valor social e discursivo.

Partimos da linguagem em seu uso para a escolha e a análise do *corpus*, composto de 92 propagandas em diferentes suportes, o que por si só implica a consideração da linguagem como uma atividade sociocultural e como tal, sujeita às pressões do contexto no qual se insere. Adotamos o funcionalismo proposto por Givón (2001), Hopper e Traugott (1993), Matthiessen e Thompson (1987), Neves (2000) e Decat (1993, 1999 e 2001) como referencial teórico e buscamos em Koch (2006, 2007 e 2009), Marchuschi (2008) e Costa (2008) contribuições acerca das noções de gênero textual, tendo em vista que os conceitos relacionados ao nosso estudo, presentes nas gramáticas tradicionais, são insuficientes para esclarecer as hipóteses que serão elencadas posteriormente. Também recorremos a Carvalho (2003) e a Sandmann (2003) para melhor compreendermos a linguagem publicitária e a complexidade do *corpus*, pois

sendo a linguagem da propaganda até certo ponto reflexo e expressão da ideologia dominante, dos valores em que se acredita, ela manifesta a maneira de ver o mundo de uma sociedade em certo espaço da história [...] (SANDMANN, 2003, p. 34).

As gramáticas tradicionais, em geral, registram seus conceitos a partir de exemplos retirados de obras literárias dos clássicos da literatura. Mesmo sem questionar o binômio subordinação e coordenação, que será discutido posteriormente, ao analisarmos os conteúdos relacionados às orações adverbiais, observamos que o conceito acerca do conectivo **quando** se encerra no uso prototípico do mesmo, ou seja, como um elemento que codifica uma oração subordinada adverbial temporal,

uma vez que as análises permanecem atreladas a um critério formal, a classificação da oração se dá em função da conjunção que a inicia.

Ainda que o conceito apresentado pelas gramáticas escolares vá ao encontro do comportamento apresentado pelas orações nas situações reais de uso, as várias funções que os conectivos podem desempenhar, geralmente, não são abordadas, causando a falsa impressão de que para cada relação estabelecida entre uma cláusula dita principal e outra dita subordinada (causa, tempo, condição, concessão, etc.) existe um rol estanque de conectivos, bastando apenas a internalização de tais itens para a compreensão do fenômeno. Embora Góis (1955), há mais de 50 anos, reconhecesse a multiplicidade de usos da conjunção **quando**, que segundo o autor possui *ubiquidade*, onipresença, como será discutido posteriormente no capítulo 4, tal fato não é explicitado nas gramáticas escolares.

Constatamos em nosso *corpus* que a linguagem publicitária vale-se não somente do uso mais prototípico do conectivo **quando**, como um conectivo temporal, mas também explora o uso menos prototípico do mesmo, ou seja, verificamos que em diversos textos o **quando** aparece como um conectivo que encabeça uma cláusula adverbial que articulada a outras cláusulas faz emergir no discurso relações inferenciais de tempo e condição e causa e tempo concomitantemente, ou até mesmo condição e concessão. O termo discurso no funcionalismo refere-se às estratégias utilizadas pelos falantes na interação comunicativa, e é em consonância com tal concepção que o utilizamos no presente trabalho. Furtado da Cunha, Costa e Cezario (2003) afirmam que:

No funcionalismo, o termo discurso está relacionado às estratégias criativas utilizadas pelo falante para organizar funcionalmente seu texto para um determinado ouvinte em uma determinada situação comunicativa. Por um lado, o discurso é tomado como ponto de partida para a gramática; por outro, é também seu ponto de chegada (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003, p. 50).

Segundo Neves (2000, p. 797), este fenômeno pode ser atribuído à complexidade que envolve o tempo e o modo verbal em cada oração e as características do próprio conectivo. Nesse sentido, a autora assegura que:

[...] Outra questão é a existência de relações de tipo lógico-semântico (**causal, condicional, concessiva**) associadas à relação temporal que se estabelece entre

orações. Também esse tipo de associação é licenciado por um conectivo de valor bem neutro (como o **QUANDO**) e pela natureza do complexo temporal que se estabelece em dependência do tempo e do **modo** verbal empregado em cada uma das **orações** (grifos da autora).

Decat (2001, p. 123) ressalta a importância de se observar as inferências que emergem das relações entre a articulação de cláusulas, que em muitos casos não se restringe apenas a uma inferência. Segundo a autora, tal fato decorre do “esvaziamento semântico de algumas conjunções ou expressões conjuntivas”, e aponta para a necessidade de uma análise que leve em consideração as inferências que emergem da articulação de cláusulas.

Dividimos o nosso trabalho em sete (07) capítulos onde apresentamos a metodologia e os procedimentos de análise, o funcionalismo, os comentários sobre a abordagem das gramáticas tradicionais em relação aos processos de coordenação e subordinação, o conectivo **quando**, a articulação de orações e o processo de hipotaxe, as análises do *corpus* e nossas considerações sobre a multifuncionalidade do conectivo “**quando**” no gênero propaganda, a partir dos resultados obtidos nas análises.

O segundo capítulo apresenta os procedimentos adotados na seleção e análise do *corpus*. No terceiro capítulo, fazemos um breve levantamento sobre as principais características e princípios do funcionalismo em linguagem, que serão utilizados como norteadores nas análises. No capítulo seguinte, apresentamos um levantamento sobre o tratamento dado à articulação de orações nas gramáticas tradicionais da língua portuguesa e em obras de autores linguistas, visando a uma análise comparativa entre as duas abordagens.

O quinto capítulo registra um percurso sucinto sobre a história do conectivo **quando**. Em seguida, no sexto capítulo, apresentamos os testes utilizados, as análises qualitativas e os dados quantitativos.

Por fim, apresentamos nossas conclusões, onde esclarecemos que a intenção deste trabalho não é esgotar o estudo em questão, mas discutir a necessidade de uma análise sobre o fenômeno da articulação de cláusulas que não se restrinja à aspectos estritamente formais e que considere os contextos reais de uso.

2 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Iniciamos nossa pesquisa verificando a ocorrência do conectivo **quando** em propagandas veiculadas em diversos suportes. Utilizamos fotos de propagandas veiculadas na Grande Vitória, em seguida expandimos nosso *corpus* por meio de pesquisa no *site* da agência publicitária MP, no período compreendido entre 2004 e 2010, e no acervo digital da Revista Veja, abrangendo as edições referentes aos meses de junho de 2009 a junho de 2010, totalizando 92 propagandas e 111 ocorrências³ do referido conectivo.

O interesse pelo estudo da multifuncionalidade do conectivo **quando** surgiu das dificuldades encontradas em sala de aula para a classificação das orações sob a égide da gramática tradicional. A escolha do *corpus* levou em consideração a grande circulação de propagandas na sociedade atual, o que as torna acessíveis a praticamente todos os alunos, independente de classe social. A opção por expansão do *corpus* a partir do acervo digital da Revista Veja deveu-se à facilidade de acesso e à celeridade que o suporte proporcionaria na construção do trabalho.

Sobre a diferença entre publicidade e propaganda, Carvalho (2003) utiliza ambos os termos como sinônimos, diferentemente de Charaudeau (1984, apud CARVALHO, 2003, p.9) para quem o termo propaganda é mais abrangente, pois abarcaria as mensagens política, religiosa e institucional, além da comercial, ao contrário da publicidade que se restringiria apenas à mensagem comercial.

Embasados em Marcuschi (2008) e Costa (2008), denominamos nosso objeto de estudo como *propaganda*, que, por pertencer ao domínio discursivo publicitário, traz as marcas da linguagem publicitária. Nosso *corpus* foi composto de propagandas veiculadas em suportes distintos, tais como revista, *outdoor* e jornal.

Segundo Costa (2008), a propaganda é um gênero textual multissemiótico com forte apelo emocional, como se vê no verbete a seguir:

³ Consideramos importante contabilizar o número de ocorrências do conectivo, uma vez que, em alguns casos, há a presença de dois ou mais conectivos ‘quando’ em uma única propaganda.

PROPAGANDA [...] o discurso publicitário usa *outdoors* (v.), televisão, rádio, jornal, revista, internet para vender seus produtos através de mensagens (v. mensagem) que procuram convencer para conseguir consumidores. É a propaganda cujas mensagens geralmente são curtas, breves, diretas e positivas [...]. Aliado a essa estratégia discursiva verbal, o texto publicitário compõe-se também de linguagem não-verbal, em que o formato do suporte, as imagens, ilustrações e animações são de grande importância na construção de um discurso que explora os desejos de consumo da sociedade moderna [...]. É um gênero textual essencialmente multissemiótico, em que os argumentos de venda, embora pareçam lógicos, caracterizam-se por apelos totalmente emocionais e pelo uso de padrões sociais, estéticos, etc. estereotipados (COSTA, 2008, p. 153).

Após selecionarmos e analisarmos as propagandas, verificamos que 50 (cinquenta) ocorrências não geravam dúvidas em relação à temporalidade expressa na cláusula satélite, configurando o uso prototípico do conectivo. Porém 61 (sessenta e uma) apresentavam nuances que podem induzir a outras interpretações, associadas ou não, ao caráter temporal. As ocorrências, então, foram separadas em grupos por proximidade de relações estabelecidas entre as cláusulas.

Valemo-nos de nosso conhecimento de mundo e de nossa capacidade intuitiva de falantes nativos da língua para realizar as análises e detectar as relações inferenciais que emergem da articulação das cláusulas. No entanto, numa tentativa de reduzir possibilidades subjetivas na análise, aplicamos posteriormente testes elaborados a partir da proposta de Neves (2000) e de Mira Mateus et. al (2003), delimitados no capítulo 6, para ratificar as análises realizadas previamente, buscando detectar com mais objetividade as relações expressas. Cabe enfatizar que os testes foram aplicados após a análise qualitativa do *corpus*, que levou em consideração os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos presentes nas propagandas. A aplicação dos testes também nos auxiliou no levantamento quantitativo dos resultados obtidos, a serem apresentados no capítulo 6.

Objetivando uma descrição mais sistemática e uma maior compreensão sobre o fenômeno analisado, adotamos alguns princípios da metodologia de trabalho da sociolinguística variacionista. Não foi possível realizar o controle de variáveis sociais nas propagandas utilizadas no *corpus*, mas ainda assim, valemo-nos do programa Goldvarb X para obter a distribuição e a frequência de grupo de fatores que poderiam influenciar o uso mais ou menos prototípico do conectivo **quando**. Para tanto, realizamos algumas adaptações no tratamento dos dados, como a separação das propagandas em 05 grupos por proximidade de comportamento do conectivo,

para que todos os nossos valores fossem discretos, ou seja, observações obtidas por contagem, assim como na utilização do programa, como será discutido no item 6.3, que trata da quantificação dos dados.

3 FUNCIONALISMO

Para abordarmos a corrente linguística denominada funcionalismo, é necessário antes fazermos um contraponto entre os dois grandes pólos de estudos linguísticos: o formalista e o funcionalista, pois segundo Paveau e Sarfati (2006, p. 115),

[...] Se quisermos integrar o funcionalismo numa das numerosas antíteses classificatórias das correntes lingüísticas que constituem o continente estruturalista, é ao formalismo que é preciso opô-lo: enquanto o ponto de vista funcionalista privilegia as constantes transformações das formas da linguagem na sociedade, o ponto de vista formalista tem no centro de suas preocupações o funcionamento interno do sistema languageiro.

No final do século XIX, ganhou força uma nova geração de linguistas que questionavam os pressupostos tradicionais dos estudos histórico-comparativos, os neo-gramáticos. Eles não concebiam a língua dissociada do indivíduo falante, como seus antecessores. Para os neo-gramáticos, a língua existe no indivíduo e as mudanças se originam nesse indivíduo. Eles se interessavam pela investigação dos mecanismos de mudança e pelo estudo das línguas vivas. Participaram desse movimento estudiosos que deixaram um importante legado para a linguística contemporânea, dentre os quais se destaca Whitney, que revolucionou os estudos linguísticos ao conceber a língua como uma instituição social, na qual os signos são ao mesmo tempo convencionais e arbitrários, um sistema autônomo definido por relações imanentes. Whitney foi um grande influenciador da obra do linguista suíço Ferdinand de Saussure, que também participou do movimento.

No entanto, o marco inaugural da linguística moderna é, em geral, atribuído à publicação, no início do século XX, do *Curso de linguística geral*, de Ferdinand de Saussure que, influenciado pelo Positivismo Lógico, elaborou os conceitos fundamentais do *estruturalismo*: a arbitrariedade do signo, a separação entre sincronia e diacronia e a diferenciação entre *langue* e *parole*. Devido à necessidade da linguística se firmar enquanto ciência, foi dispensado ao estudo da língua um rigor científico muito grande, que levou num primeiro momento à exclusão de todos os fatores externos: a língua deveria ser estudada de forma imanente, a partir da relação dos elementos dentro de sua estrutura. Passou-se, então, a estudar a língua como uma entidade autônoma, cujo funcionamento independe do uso dos falantes

nas situações reais de comunicação. Além do Estruturalismo Europeu, fundado por Saussure, fazem parte do pólo formalista o Estruturalismo Americano e o Gerativismo, cujos nomes mais importantes são Leonard Bloomfield e Noam Chomsky. Essas correntes, apesar de adotarem a mesma concepção de língua, possuem diferenças significantes, mas tendo em vista o foco deste trabalho, não nos deteremos nas mesmas.

De acordo com Pezzati (2009) na segunda metade do século XX, em função das crescentes questões discursivas que surgiam, ganharam destaque outras tendências, como a Sociolinguística, a Linguística de Texto, a Análise do Discurso entre outras. No entanto, a autora alerta que, apesar de ter sido uma dessas tendências, a teoria funcionalista é bem mais antiga, e que na verdade o que houve foi uma reatualização de seus princípios.

De fato, Givón (2001) chama a atenção para o fato de que a origem do funcionalismo não deve ser buscada nas obras dos linguistas,

[...] os precursores do funcionalismo na linguística não devem ser procurados nos trabalhos dos linguistas, mas sim no dos antropólogos, psicólogos e biólogos. E muito antes deles, no trabalho dos filósofos. [...] Em última análise, entretanto, o melhor ponto de partida para o funcionalismo deve ser buscado na biologia, a disciplina-mãe que é funcionalista há mais de dois mil anos. O funcionalismo remonta a Aristóteles, que de forma mais ou menos solitária, desbancou as duas escolas estruturalistas que até então dominavam o pensamento biológico Grego [...] (GIVÓN, 2001, v.1, p. 1-2)⁴.

Givón (2001) afirma que é Aristóteles quem cria o princípio geral que rege o funcionalismo, o isomorfismo, ao definir a correlação entre forma e função por meio do seguinte exemplo,

[...] se um pedaço de madeira é dividido com um machado, este deve ser necessariamente duro; e para sê-lo, ele deve ser feito de bronze ou ferro. Assim acontece igualmente com o corpo, que, como um machado, é um instrumento - pois tanto o corpo como um todo e suas várias partes individuais executam operações definidas para as quais foram feitos; da mesma forma, digamos, o corpo para executar seu trabalho [=função] deve

⁴ [...] the antecedence of functionalism in linguistics should not be sought primarily in the work of linguists, but rather in the work of anthropologists, psychologists, and biologists. And long before them, in the work of philosophers. [...] Ultimately, however, the best point of departure for functionalism is to be found in biology, the mother-discipline that has been profoundly functionalist for over two thousand years. Functionalism in biology traces back to Aristotle, who more or less single-handedly dislodged the two structuralist schools that had dominated Greek biological thought up to his time.

possuir necessariamente características específicas [...] (GIVÓN, 2001, v.1, p. 1).⁵

Voltando ao século XX, podemos encontrar, como assegura Pezzati (2009), pontos de vista funcionalistas nos trabalhos dos componentes da Escola Linguística de Praga, desde seu início em 1920, dentre os quais se destacam os russos Roman Jakobson e Nikolaj Trubetzkoy. Jakobson, ao considerar a interação entre os participantes da comunicação, amplia a noção de função da linguagem, que no estruturalismo se restringia à função referencial. Trubetzkoy é considerado o precursor do desenvolvimento da fonologia. De acordo com a fonologia desenvolvida em Praga, os fonemas possuem uma função distintiva, demarcadora e expressiva.

Afirma Pezzati (2009) que também podemos encontrar a visão funcionalista nos trabalhos de Sapir e seus seguidores, que deram continuidade à tradição antropológica americana, na teoria tagmêmica de Pike, assim como nos trabalhos de Hymes, Firth e Halliday, e com um sentido diferente na tradição filosófica por meio de Austin e Searle.

Como dito anteriormente, havia nos trabalhos desenvolvidos pelos componentes da Escola de Praga uma visão funcionalista. No entanto, essa visão é distinta da que conduz os estudos atuais. O objetivo nos estudos desenvolvidos em Praga era analisar as funções associadas à organização interna do sistema linguístico, e os estudos mais recentes dirigem o foco para o desempenho da linguagem nas situações reais de comunicação. Contudo, não se pode falar em uma teoria funcionalista unificada, tendo em vista que há divergências entre os estudiosos que se dedicam ao estudo da linguagem sob esta perspectiva. Segundo Furtado da Cunha (2010), em geral as análises na linha funcionalista se distinguem pela importância que os estudiosos atribuem ao condicionamento externo sobre o sistema linguístico. Autores como Hopper, Thompson e Du Bois se posicionam de maneira mais radical, defendendo a descrição da língua apenas em seus princípios comunicativos, enquanto que autores como Dik e Halliday adotam uma postura mais moderada, admitindo uma interação entre forma e função.

⁵ [...] IF a piece of wood is to be split with an axe, the axe must of necessity be hard; and, if hard, it must of necessity be made of bronze or iron. Now exactly in the same way the body, which like the axe is an *instrument* – for both the body as a whole and its several parts individually have definite operations for which they are made; just in the same way, I say, the body if it is to do its *work* [= function], must of necessity be of such and such character [...].

Furtado da Cunha (2010) também nos diz que o modelo funcionalista de análise linguística propõe que a língua desempenha funções que são externas ao sistema linguístico e que, ao mesmo tempo, as pressões externas influenciam o sistema linguístico. O funcionalismo não difere do estruturalismo apenas nas propostas teóricas sobre a natureza da linguagem, mas também nas concepções sobre os objetivos da análise linguística, nos métodos e na natureza dos dados, pois para um funcionalista, a linguagem é vista como um instrumento de interação social e sua investigação não pode ocorrer de maneira intrínseca, sendo necessário ir além da estrutura gramatical, observando o uso interativo da língua. No funcionalismo, a gramática não é mais vista como um elemento autônomo, há uma interdependência entre os domínios sintático, semântico e pragmático, como já mencionado na introdução deste trabalho.

As premissas utilizadas por Givón (1995, apud MARTELOTTA et al. 2003, p.28), para caracterizar a concepção funcionalista da linguagem, resumem magistralmente esta visão linguística:

- a linguagem é uma atividade sociocultural;
- a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas;
- a estrutura é não-arbitrária, motivada, icônica;
- mudança e variação estão sempre presentes;
- o sentido é contextualmente dependente e não-atômico;
- as categorias não são discretas;
- a estrutura é maleável e não-rígida;
- as gramáticas são emergentes;
- as regras de gramática permitem algumas exceções.

Estas premissas são regidas por noções e princípios teóricos, dentre os quais destacam-se: a perspectiva funcional da sentença, a informatividade, a iconicidade, a marcação, a transitividade e o plano discursivo, a gramaticalização, *protótipo* e *continuum*. Por questões metodológicas, discorreremos a seguir apenas sobre as

noções e os princípios que estão relacionados de forma mais direta com o presente trabalho, que estão baseados, em sua maioria, em Furtado da Cunha (2010).

3.1 A perspectiva funcional da sentença

Neste modelo, que segue a tradição da Escola de Praga, busca-se analisar sentenças enunciadas em um contexto real de uso. A informação já conhecida pelo ouvinte representa a informação dada, e por isso tem o menor grau de dinamismo na comunicação. Essa parte é denominada *tema*. A parte da sentença que contém a informação desconhecida para o ouvinte é denominada *rema*. Esta parte da sentença contém o maior grau de dinamismo. O *tema* tende a vir no início da sentença, enquanto o *rema*, que contém as partes com o grau mais alto de dinamismo comunicativo tende a vir por último.

3.2 Informatividade

O princípio da informatividade diz respeito ao conhecimento que os interlocutores compartilham, ou supõem que compartilham, durante o processo de interação. Sua aplicação volta-se, em geral, para o *status* informacional dos referentes nominais. Sendo assim, um sintagma nominal pode ser classificado de acordo com a sua realização no texto:

Referente dado (ou velho): quando um referente já ocorreu no texto e podemos recuperá-lo textualmente, ou está disponível na situação de fala.

Referente novo: quando é introduzido pela primeira vez no discurso.

Referente disponível: é um referente que já está na mente do ouvinte, por ser geralmente único em um dado contexto, por exemplo, a lua.

Referente inferível: quando podemos identificar um referente a partir de outras informações dadas no discurso.

3.3 Iconicidade

Iconicidade é a correlação natural e motivada entre forma e função, ou seja, entre o código linguístico e seu conteúdo. Para o funcionalismo, a estrutura da língua reflete a experiência do falante. Originalmente este princípio postulou uma relação isomórfica entre forma e conteúdo, “[...] A condição natural da língua é preservar uma forma para um significado e um significado para uma forma [...]” (Bollinger, 1977, apud GIVÓN, 2001, v.1, p.2).

Estudos sobre variação e mudança levaram à reformulação da idéia original, primeiro porque existem mais formas para um mesmo significado, segundo porque nem sempre a motivação está presente na forma linguística. Porém, para o funcionalismo, a língua é sempre motivada, e mesmo nos casos em que há arbitrariedade, ela é somente aparente, pois sempre há uma motivação na composição da forma original que sofreu alterações no decorrer do tempo. Segundo Givón (2001), o interesse pela iconicidade ressurgiu nos anos 90 do século XX, após os primeiros trabalhos de Charles Sander Peirce, que observou que a iconicidade é gradiente e não absoluta.

O princípio da iconicidade numa versão mais moderada encontra-se subdividido em:

subprincípio da quantidade: quanto maior a quantidade da informação, maior a quantidade da forma;

subprincípio da integração: quanto mais próximos cognitivamente os conteúdos estiverem, mais integrados estarão no nível da codificação.

subprincípio da relação entre ordem sequencial e topicalidade: as informações velhas tendem a ocorrer no início da cláusula e as novas no final. Esse subprincípio pode assumir características diferentes quando associado à noção de contrastividade. Nesse caso, o que se quer colocar em foco contrastivo passa a ocupar a posição de anteposição, de tópico.

3.4 Marcação

O conceito de marcação surgiu na Escola de Praga e foi aplicado inicialmente na fonologia. Os linguistas perceberam que algumas categorias se distinguiam por oposições binárias entre pares contrastivos, como, por exemplo, os fonemas /p/ e /b/ que se opõem quanto à sonoridade. Jakobson foi o responsável pela introdução do tema na morfologia, onde encontramos, por exemplo, oposições relacionadas às categorias de número (em que o plural seria a forma marcada em oposição ao singular) e gênero (em que o feminino é a forma marcada em oposição ao masculino).

Este conceito estende-se também à sintaxe e pode ser visualizado, por exemplo, na ordenação dos elementos na cláusula, em que a inversão da ordem preferencial do Português SVO (sujeito + verbo + complemento) levaria a um caso de marcação.

As formas não-marcadas tendem a ocorrer com maior frequência na língua, e por possuírem forma mais simples ou menor, em geral, são adquiridas mais precocemente pelas crianças e possuem contextos de ocorrências mais amplos. Porém, a alta ocorrência de uso das formas não marcadas leva a uma automatização dessas formas pelos falantes e favorece a perda da expressividade. Não podemos deixar de ressaltar a dependência do contexto em relação ao conceito

de marcação. Uma análise apenas estrutural não nos permite avaliar corretamente se uma forma é ou não marcada, pois o que é mais marcado em determinados contextos pode não ser em outros. Como nos esclarece Givón (2001), a oração passiva é considerada marcada em contextos informais, porém em um discurso acadêmico ela é o caso não marcado.

3.5 Protótipo e *Continuum*

A Teoria dos Protótipos surgiu na década de 70, proposta por Eleanor Rosch, em oposição à Teoria Clássica do Significado e da Categorização. De acordo com a abordagem tradicional, os conceitos são definidos por um grupo de condições necessárias e suficientes, ou seja, um determinado elemento no mundo será considerado como pertencente à categoria “X” se, e somente se, possuir os atributos necessários e suficientes que definem a categoria “X”.

Cançado (2005, p. 95-96), valendo-se do exemplo do tigre, aponta um grande problema desta abordagem, o fato de que nem todos os falantes concordariam na necessidade e suficiência dos mesmos atributos para defini-lo (ser animal, ter quatro patas, ter listras, ser carnívoro, etc). A autora argumenta que, ainda que todos concordem que estes atributos sejam necessários e suficientes para definir tigre, o que aconteceria se algum tigre nascesse com 3 patas? Deixaria de ser tigre?

A Teoria dos Protótipos prevê que a afiliação a uma categoria natural não pode ser determinada por um único elemento, como numa categoria lógica, mas por um grupo de características potencialmente amplo, como defende Cançado (2005) ao afirmar que:

[...] Esse modelo concebe os conceitos como estruturados de forma gradual, havendo um membro típico ou central das categorias e outros membros menos típicos ou mais periféricos. Por exemplo, na categoria AVE, teremos alguns membros mais centrais ou típicos, como *periquitos e papagaios*, que têm a maioria das propriedades associadas a aves; e outros mais periféricos

como pinguins, que possuem um número bem mais reduzido das propriedades que geralmente são associadas a aves. [...] (CANÇADO, 2005, p. 96).

É considerado como protótipo o elemento que possui o maior número de propriedades que caracterizam uma categoria, não impedindo que outros membros que não apresentem todas as características do protótipo continuem a fazer parte desta categoria. No entanto, como percebemos no exemplo arrolado pela autora, alguns elementos podem nos deixar em dúvida sobre a sua classificação, pois parecem pertencer a duas categorias. Neste caso, segundo a autora, ele será classificado como pertencente à categoria à qual apresentar o maior número de propriedades.

A abordagem gramatical proposta por Givón (2001), embora reconheça a função categorizadora e discretizadora da gramática, atenta para o fato de que a gramática não é 100% regida por regras. Uma posição que vai de encontro a posições extremadas de que as regras da gramática devem ser 100% rígidas ou 100% flexíveis.

Segundo este autor, tais posições possuem antecedentes na filosofia e na psicologia, na doutrina essencialista de significado de Platão, em que as categorias de significado são límpidas e discretas, e no pensamento de Ludwig Wittgenstein, para quem o significado é não-discreto. De acordo com essas concepções, as categorias da gramática seriam totalmente discretas ou totalmente distribuídas em um *continuum*, conforme podemos visualizar nas figuras 1 e 2.

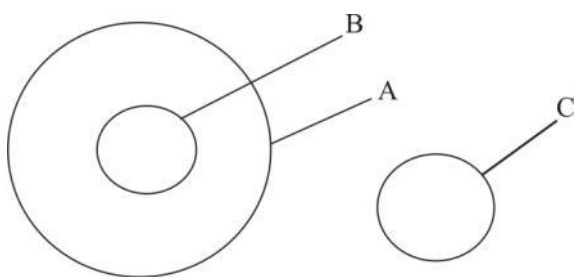


Figura 1 – Abordagem platônica das categorias
Fonte: Givón (2001, v.1, p. 29)

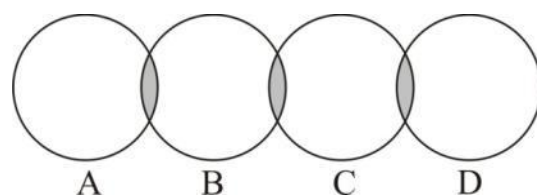


Figura 2 – Abordagem wittgensteiniana das categorias
Fonte: Givón (2001, v.1, p. 31)

Givón (2001) nos diz que o protótipo surge como um meio-termo empírico na linguística. As propriedades categoriais baseadas em protótipos promovem a junção dos aspectos wittgensteiniano e platônico, permitindo a diferenciação de categorias distintas ao longo do *continuum*, como podemos visualizar na figura a seguir (figura 3).

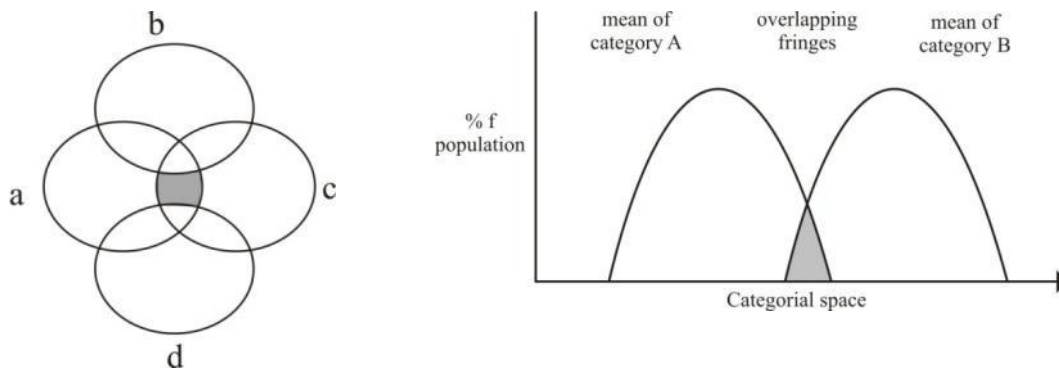


Figura 3 – Abordagem das categorias baseada em protótipos
Fonte: Givón (2001, v.1, p. 32-33)

Essa natureza híbrida permite a adaptação necessária das exigências contraditórias no processamento da informação: a de processar rapidamente categorias muito frequentes e de permitir uma discriminação refinada para categorias menos frequentes. Givón (2001) advoga no sentido de que:

Os membros mais prototípicos de uma categoria tendem a ser processados automaticamente. Já que eles compreendem a vasta maioria da população, é aí precisamente onde o investimento pesado no desenvolvimento da automatização produz os maiores dividendos. [...] Os membros periféricos e não prototípicos de uma categoria, aqueles que tendem a ocupar o espaço inter-categorial, infestado de ambiguidade, são precisamente os que tendem a ser processados lentamente, na presença, dependendo do contexto (GIVÓN, 2001, v.1, p. 33-34).⁶

Se considerarmos que elementos gramaticais, como as conjunções, podem estar, em determinados contextos, neste espaço intercategorial, e que não é possível definir com tanta precisão, como na biologia, a qual classe pertence, talvez possamos, se não atribuir uma dupla classificação, ao menos considerar que este elemento desempenha as funções das duas classes, como neste trabalho, o conectivo **quando**.

⁶ The more prototypical members of a category tend to be processed automatically. Since they comprise the vast majority of the population, this is where the heavy investment in the development of automaticity yields its highest dividends. [...] Marginal, non-prototypical members of a category, those that tend to occupy the ambiguity-plagued inter-categorial space, are precisely the ones that tend to be processed slowly, in an attended, context-dependent fashion.

4 REVENDO CONCEITOS: a articulação de orações

Tendo em vista que o tema da articulação de orações constitui o cerne de nossa pesquisa, apresentamos, a seguir, considerações de diferentes autores a respeito do assunto.

Consultamos obras de autores de gramáticas tradicionais [Luft (2002); Bechara (2005); e Rocha Lima (2005)] e de autores linguistas [Decat (1993, 1999, 2001); Neves (2000); Azeredo (2001); Mira Mateus et al. (2003)] - para verificar o tratamento dado à articulação entre orações, especialmente às orações adverbiais. Nosso objetivo não é apenas verificar como o processo de articulação das orações adverbiais é tratado, mas também quais são os valores considerados para a conjunção **quando**, nosso objeto de estudo.

Não é nossa intenção apresentar um estudo exaustivo de todos os estudiosos que abordaram o tema, mas apresentar o ponto de vista das gramáticas tradicionais, por serem adotados com maior frequência no âmbito escolar, e obras de autores linguistas, por tratarem, ao que nos parece, o assunto de forma não só mais abrangente como também com respaldo teórico. Esta abordagem nos permite ter uma visão ampla acerca do fenômeno e traçar uma análise comparativa a fim de adoção de uma postura de análise.

4.1 A articulação de orações nas gramáticas tradicionais

Segundo Luft (2002), a estruturação sintática do período composto é formada por dois processos: a subordinação e a coordenação, que se distinguem pela natureza das orações que compõem o período, se são independentes ou se mantêm um nexos, uma dependência entre as orações. Para o autor, na subordinação há uma relação de interdependência, uma vez que principal e subordinada “são termos

correlativos: não há principal sem subordinada, nem subordinada sem principal” (LUFT, 2002, p. 79). O autor considera hipotaxe um termo sinônimo para a subordinação e atenta para o fato de outros autores considerarem outros dois processos na composição do período composto, a correlação e a justaposição.

De acordo com Rocha Lima (2005), a composição do período se dá por duas estruturas: a coordenação e a subordinação, que se distinguem pelo modo como se dispõem e se relacionam. Segundo o autor, o que caracteriza a coordenação é a independência gramatical entre as orações que se sucedem e compõem o período. Já na subordinação, há o atrelamento entre as orações, no qual a oração subordinada é dependente, visto que se torna um dos termos da oração principal.

Em sua Moderna Gramática Portuguesa, Bechara (2005) apresenta de forma mais aprofundada as relações entre as orações, deixando bem claro para os leitores que o estrato gramatical superior não é a oração e sim o texto. Segundo o autor, os estratos de estruturação gramatical possuem 04 propriedades: a superordenação (ou hipertaxe), a subordinação (ou hipotaxe), a coordenação (ou parataxe) e a substituição (ou antitaxe). Para Bechara, subordinação e hipotaxe são termos sinônimos e indicam o fenômeno pelo qual uma unidade de estrato superior passa a funcionar num estrato inferior, em nosso caso específico, quando uma oração independente passa a funcionar como termo de outra oração. O autor ratifica a sua proposição, ao dizer que:

Uma oração independente do ponto de vista sintático, que sozinha, considerada como unidade material, constitui um texto, se este nela se resumir, como em

A noite chegou,

pode, pelo fenômeno de estruturação das camadas gramaticais conhecido por *hipotaxe* ou *subordinação* [...] passar a uma camada inferior e aí funcionar como pertença, como membro sintático de outra unidade;

O caçador percebeu que *a noite chegou* (BECHARA, 2005, p. 462).

Bechara rejeita o rótulo de oração composta ou período composto para designar as relações de subordinação, pois segundo o autor somente as orações coordenadas podem receber esta designação, uma vez que neste caso haverá um grupo de orações sintaticamente independentes integradas. Embora não diferencie as subordinadas substantivas, das adjetivas e adverbiais, o autor chama a atenção para o fato de que nestas orações não há uma relação de independência sintática

entre as orações que compõe o grupo oracional, e, portanto, devem ser consideradas como oração complexa, como observa-se em:

A rigor, o conjunto complexo *que a noite chegou* não passa de um termo sintático na oração complexa *o caçador percebeu que a noite chegou*, que funciona como objeto direto do núcleo verbal *percebeu*. Estas unidades transpostas exercem função própria de meros substantivos, adjetivos e advérbios, razão por que são assim classificadas na oração complexa. Todavia, a presença de um núcleo verbal (que a noite *chegou*) leva a tradição a ver aí também uma unidade de caráter oracional, ao lado da unidade oracional (porque também tem verbo) a que se prende, embora, isoladamente, nenhuma das duas satisfaça as demais condições que caracterizam uma oração, além da presença do verbo integrando uma relação predicativa:

- a) a delimitação entre duas pausas e o contorno melódico;
- b) existência de um ato completo de comunicação em cada situação de fala concreta (BECHARA, 2005, p. 462-463).

Embora faça esta ressalva, o autor segue a tradição e prossegue com as análises das orações subordinadas de acordo com as demais gramáticas escolares.

Apesar de apresentarem algumas diferenças, em geral, as gramáticas tradicionais ao versarem sobre as relações entre as orações, centram as definições em torno da noção de dependência, ora baseadas em critérios sintáticos, ora em critérios semânticos, o que pode vir a gerar dúvidas, como nos diz Azeredo (2001, p. 50),

Tradicionalmente, é comum identificar unidades coordenadas com unidades independentes e unidades subordinadas com unidades dependentes. Esta identificação nada esclarece até que se defina a natureza dessa dependência, que para uns é puramente sintática, mas para outros deve dizer respeito antes ao sentido.

4.2 A articulação de orações nas obras de linguistas

De acordo com Azeredo (2001), palavras, sintagmas e orações podem se associar e serem percebidas no discurso graças a fatores extralinguísticos e mecanismos de coesão textual, podendo ser tanto de ordem sintática quanto discursiva, “Se a ligação é sintática, explicita-se por meio dos *subordinantes*; se é discursiva *stricto sensu*, através dos *coordenantes*; e se discursiva *lato sensu*, por meio dos *operadores discursivos* (AZEREDO, 2001, p. 48). Para ele, a subordinação é o processo sintático por excelência, visto que é intra-oracional, ao contrário da coordenação que pode percorrer todos os níveis. A distinção entre coordenação e subordinação é feita com base nas funções desempenhadas pelas unidades e o nível hierárquico que ocupam,

O processo sintático por excelência, é, portanto, a *subordinação*, meio que consiste em prover de função as unidades que constituem os sintagmas e os sintagmas que constituem as orações. Na estruturação sintática – por *subordinação* – uma unidade da categoria X posiciona-se sob o domínio de uma unidade da categoria Y. A coordenação consiste em associar duas ou mais unidades do mesmo nível hierárquico, preservando-lhes a natureza ou função (AZEREDO, 2001, p. 49).

Na Gramática de Mira Mateus et al. (2003), encontramos o mesmo posicionamento sobre o campo de atuação dos processos de coordenação e subordinação, enquanto este opera somente sobre unidades oracionais frásicas, aquele se estende a todos os tipos de categorias sintáticas. Segundo as autoras, a oração subordinada exerce além da função sintática uma função temática na subordinante, o que não ocorre com a coordenada, assim como possui maior mobilidade que estas. A distinção entre os dois processos é principalmente formal e não semântica.

A divisão das orações subordinadas também diverge das apresentadas nas gramáticas tradicionais, conforme detalhamento exposto a seguir:

TIPOS DE SUBORDINAÇÃO	DEFINIÇÃO
SUBORDINAÇÃO COMPLETIVA	Constitui um argumento de um dos núcleos lexicais da frase superior, tendo por isso uma distribuição aproximada das expressões nominais.

Verbal	
Adjectival	
Nominal	
SUBORDINAÇÃO RELATIVA	
Restritivas ou determinativas	Em geral, são formas de modificação de uma expressão nominal antecedente, podendo também ser uma forma de modificação de outra oração.
Apositivas, explicativas ou não-restritivas	
SUBORDINAÇÃO ADVERBIAL	
Condicionais	Não são argumentos do predicado principal, sua articulação é hipotática e são consideradas constituintes sintáticos.
Causais	
Finais	
Concessivas	
Temporais	
CONSTRUÇÕES DE GRADUAÇÃO E COMPARAÇÃO	
Comparativas	Envolvem proposições que estão relacionadas com a expressão de grau.
Consecutivas	
Conformativas	
Proporcionais	

Quadro 1: Quadro baseado na proposta de Mira Mateus et. al. para as orações subordinadas

Fonte: Mira Mateus et. al. (2003).

Cabe ressaltar que, para as autoras, a aposição merece um estudo à parte, “na medida em que pode incluir processos de formação de unidades sintáticas complexas distintos da coordenação e ser, inclusivamente, compatível com este”. (MIRA MATEUS et al. 2003, p. 557).

Para Neves (2000), as relações que se estabelecem entre as orações tradicionalmente denominadas substantivas, adjetivas e adverbiais dentro da oração complexa são distintas, e, em geral, são ignoradas pelas gramáticas tradicionais, embora sejam intuídas por muitos autores,

A junção concernente às relações entre satélites adverbiais e seus núcleos (que são as relações como as de tempo e de causa, por exemplo) se representa não apenas no uso das preposições, mas também no uso de algumas conjunções tradicionalmente designadas como de *subordinação*, denominação aqui mantida para facilidade de consulta. Essa denominação, entretanto, pode refletir uma ignorância do estatuto que possuem as orações que são satélites adverbiais, em oposição às orações tradicionalmente denominadas *substantivas* e a algumas das *adjetivas*. Utilizando muitas vezes o conceito de dependência estrutural, ou sintática, contraposta à independência semântica, a gramática tradicional dá indicações da percepção da especificidade dessas relações, mas não questiona a diferença de estatuto (NEVES, 2000, p. 601).

Em sua gramática de usos, a autora não faz uma divisão dicotômica entre subordinação e coordenação, mas, a partir da análise das conjunções e de outros articuladores sintáticos promove a classificação das construções, sejam elas subordinadas ou coordenadas.

Koch (2006) defende que entre as orações são estabelecidas relações de interdependência, tornando-se inadequado o uso dos termos dependentes (ou subordinadas) e independentes (ou coordenadas).

De extrema importância para esta pesquisa são os trabalhos de Decat (1993, 1999 e 2001). A autora defende o esclarecimento sobre a noção de dependência nos estudos sobre a subordinação. É com base na proposição de Decat que introduzimos os estudos sobre o processo de hipotaxe.

4.3 A articulação de orações e o processo de hipotaxe

Segundo Decat (1993,1999, 2001), o esclarecimento sobre o tipo de dependência que se estabelece entre as cláusulas é de extrema importância, uma vez que a generalização do conceito, normalmente utilizado para classificar as cláusulas coordenadas e subordinadas, não abarca a complexidade que o termo dependência abriga.

A autora, que segue a linha funcional-discursiva, chama a atenção para o fato de que a subordinação não deve ser associada com a dependência em termos formais, uma vez que estudos da língua em uso demonstram que tal associação levaria a uma redução do conceito, deixando de abarcar casos como os das subordinadas que ocorrem sem a existência de uma cláusula matriz,

Dizer que uma cláusula subordinada não pode existir por si mesma – tendo uma função sintática na cláusula matriz – é negar a existência de um fenômeno frequente em muitas línguas e já admitido em 1937 por BRÖNDAL (apud LEHMANN, 1988), e também apontado por JESPERSEN (1971), para quem um enunciado como
 (1) Se eu ganhasse na Sena!
 Constitui uma frase completa, embora seja originalmente uma subordinada (DECAT, 1999, p. 3).

Decat ressalta que tal fato já havia sido notado por alguns gramáticos tradicionais, como Góis (1955), para quem o período “é um *sentido global* fracionado em outros sentidos parciais, encadeados entre si ou correlacionados entre si”, embora o autor tenha considerado tal fato uma anomalia, como se lê a seguir:

[...] Há um caso de “período gramatical”, que constitui verdadeira *anomalia* gramatical, [...] é o caso de o período ligado a outro por “pronome relativo”, ou “conjunção subordinativa ou de 2ª classe” [...]. O período pode ser “sindético”, isto é, ligado ao antecedente por “conjunção de 1ª classe ou coordenativa”, mas não pode sê-lo por “conectivo subordinativo”, isto é, por “conjunção de 2ª classe ou subordinativa”, ou por “pronome relativo”, porque importa ficar o período sem oração principal, o que é um absurdo (GÓIS, 1955, p. 15).

Este e outros casos, que às vezes são percebidos, mas não são aprofundados pela gramática tradicional, podem ser compreendidos a partir do postulado de autores como Thompson (1984) e Halliday (1985) (apud DECAT (1999, 2001)), de que existe uma gradação no processo de subordinação, uma diferenciação no processo de integração sintática, que em linhas gerais sintetizamos no quadro a seguir:

<p>Estruturas de encaixamento (cláusulas-complemento e as adjetivas restritivas)</p>	<p>As cláusulas integram-se estruturalmente em outra, sua dependência está relacionada à gramática da língua, uma vez que é determinada pela escolha de um item lexical, que desempenham um papel gramatical em constituição com um item lexical.</p>
<p>Estruturas de hipotaxe (Cláusulas adverbiais, desde que não sejam argumento do verbo, e as</p>	<p>Não estão sujeitas à integração sintática, tendo a ver com o aspecto organizacional do discurso, são cláusulas dependentes que representam opções organizacionais para o</p>

apositivas)	usuário da língua.
-------------	--------------------

Quadro 2: Quadro baseado na proposta de Decat para a articulação de orações e os processos de subordinação e hipotaxe.

Fonte: Decat (1999)

Mathiessen e Thompson (1987), seguindo a mesma linha de pensamento de Halliday, fazem a distinção entre cláusulas que se articulam, se combinam, paratáticas e hipotáticas; e cláusulas que se encaixam, ou seja, que formam uma relação de constituência.

De acordo com Meira (2011), a principal diferença entre as abordagens de Halliday e Mathiessen e Thompson sobre o tema é que o primeiro não considera todos os complementos oracionais casos de encaixamento, já Mathiessen e Thompson incluem além das orações relativas restritivas, os complementos oracionais que funcionam como sujeito e objeto.

Mathiessen e Thompson (1987) ressaltam que, na combinação de cláusulas, podemos observar dois aspectos: a articulação entre as orações, que ocorre em dois níveis, a parataxe e a hipotaxe; e como elas se manifestam no discurso (núcleo-satélite e multinucleares). Desse modo, elas não devem ser classificadas a partir de critérios estritamente sintáticos e semânticos, uma vez que os fatores pragmáticos que se fazem presentes no discurso exercem influência sobre as mesmas.

O trabalho dos autores aprofunda-se no que Halliday designou como hipotaxe de realce, que é o tipo de combinação de cláusula que ocorre em nosso *corpus*. Mathiessen e Thompson asseguram que:

A hipotaxe de realce refere-se à articulação de cláusulas hipotáticas que envolvem algum tipo de relação circunstancial como condição, razão, propósito e outros tipos, como causa, tempo, espaço, modo e meios. Uma cláusula intensifica outra cláusula circunstancialmente (MATTHIESSEN; THOMPSON, 1987, p. 9).⁷

De acordo com Decat (2001), as relações hipotáticas podem ocorrer em estruturas com conectivo conjuntivo ou sem a presença do mesmo, mas sua ocorrência não

⁷ Enhancing hypotaxis refers to hypotactic clause combining that involves some kind of circumstantial relation like condition, reason, purpose and others kinds of cause, time, space, manner, and means. One clause enhances another clause circumstantially.

significa que a inferência⁸ que emerge da articulação de cláusulas seja necessariamente explicitada pelo conectivo. Segundo a autora, alguns conectivos não estão aptos para explicitar determinadas inferências que emergem da articulação de cláusulas.

Olímpio (2007, p.69) também discute o processo de articulação de orações, defendendo que “o modo de articulação das orações nos enunciados não é determinado pela aplicação mecânica de regras ‘puramente sintáticas’; antes resulta de diferentes opções interativas envolvidas no processo enunciativo”.

Embasada em autores como Neves (2001 e 2002) e Braga (2001), Olímpio (2007) apresenta um quadro sintetizado da conjugação do eixo da dependência semântica com o eixo da integração sintática no modo de articulação das orações.

PROCESSO	DEPENDÊNCIA SEMÂNTICA	ENCAIXAMENTO
PARATAXE	-	-
HIPOTAXE	+	-
SUBORDINAÇÃO	+	+

Quadro 3: Conjugação dos eixos de dependência semântica e integração sintática do processo de articulação das orações

Fonte: Olímpio (2007, p. 70-71).

O processo de articulação entre as orações não é visto de forma dicotômica, como na abordagem tradicional, mas num *continuum* que vai desde o grau mínimo ao grau máximo, passando por um estágio intermediário que abrigaria as tradicionalmente chamadas subordinadas adverbiais.

Decat (2001) abandonou noções como ‘dependência’ ou ‘subordinação’, assim como a presença de conectivo como parâmetro para a descrição do comportamento das cláusulas adverbiais, e a partir de uma abordagem funcional-discursiva considera as relações hipotáticas tendo em vista o contexto discursivo em que as cláusulas se inserem. Para a autora, o que interessa não é classificar uma cláusula como subordinada ou não, pois mais importante do que a forma como as cláusulas se combinam é a relação que existe entre as cláusulas.

⁸ Em consonância com Decat (2001), entende-se o termo neste trabalho, como o ‘significado que emerge’ da combinação de cláusulas.

Compreendendo a hipotaxe como um tipo de articulação de cláusulas, que reflete a organização do discurso, e a cláusula hipotática como opção organizacional, Decat (2001) defende a necessidade de se verificar a que tipo de funções discursivas uma cláusula adverbial está servindo ao se articular com uma porção de discurso. Em seu trabalho, a autora promove uma análise que leva em conta o nível supra-sentencial para verificar se a cláusula hipotática “está constituindo *realce*, especificando, emoldurando a informação dada em outra porção de discurso, ou, por outro lado, se ela tem funções de conexão discursiva” (DECAT, 2001, p. 150). Dessa forma, é possível identificar cláusulas adverbiais que constituem o *fundo* no mecanismo de contraste FIGURA-FUNDO, em que a *figura* marca as porções centrais do texto e o *fundo* marca as porções periféricas, ou se ela tem a função de estabelecer conexão no discurso:

Assim sendo, é através de uma análise que leve em conta o nível supra-sentencial que se poderá verificar se a cláusula adverbial está constituindo *realce*, especificando, emoldurando a informação dada em outra porção de discurso, ou, por outro lado, se ela tem funções de conexão discursiva (DECAT, 2001, p. 150).

Segundo a autora, o *fundo* caracteriza as cláusulas adverbiais e dão conta de sua função referencial e avaliativa, configurando uma moldura, informação necessária à compreensão do que é relatado no núcleo. Decat (2001) nos diz que as cláusulas adverbiais também podem ter uma *função ‘guiadora’* (como orientação para o material seguinte, ou mesmo como um guia para chamar a atenção do receptor), a *função de ponte de transição* (com uma função anafórica e catafórica, estabelecendo uma função de conexão discursiva) e podem surgir como tópico (colocando em foco o conteúdo da cláusula satélite, explicitando seu papel de coesão discursiva). Cabe ressaltar que uma função não exclui a outra e que pode haver sobreposição das mesmas.

De acordo com Decat, a função discursiva também influencia na ordenação da cláusula hipotática na relação núcleo-satélite, assim como o tipo de relação proposicional que emerge dessa combinação. Outro fator que influencia a posição da cláusula adverbial é a sequência de eventos.

Diante das discussões apresentadas, entendemos ser relevante em nosso trabalho uma análise que “*esteja centrada nas relações mantidas entre as cláusulas que se*

articulam hipotaticamente e as funções discursivas a que elas estejam servindo”
(DECAT, 2001, p. 114).

5 O CONECTIVO “QUANDO”

Segundo Barreto (1999), a conjunção **quando** sofreu o processo de gramaticalização⁹ ainda no latim, tendo passado ao português com a mesma forma e mesmo conteúdo semântico temporal que possuía originalmente, sendo constituída do acusativo feminino singular do relativo *quam* somado à preposição indo-européia *-do*:

1. morfologização:
quam + **-do** > **quando**
2. recategorização:
 pronome + preposição > advérbio e conjunção

Nota-se ainda a passagem de um sentido [+ concreto], anafórico, para um sentido [- concreto], o que expressa uma relação de tempo (BARRETO, 1999, p. 219).

A autora afirma que, no latim, a conjunção subordinativa oscilava entre o sentido temporal e causal, mas este caiu em desuso ainda no latim e o **quando** converteu-se na conjunção temporal mais utilizada nas línguas românicas.

Pante e Maceis (2009) identificaram a possibilidade de interpretações diversas, como a condicional e a causal, para o conectivo **quando** na fase arcaica da língua portuguesa, em textos dos séculos XV e XVI, como podemos observar em:

(2) **Quando** o envejoso vee ou ouve os bees de taes pessoas ; elle os prasma, **quando** pode, pollos abater. [...] **Quando** o invejo vê ou ouve os bens de tais pessoas, ele os censura, **quando** pode, para os abater. (PANTE; MACEIS, 2009, p. 89).

As gramáticas escolares, em geral, ao versarem sobre as orações subordinadas adverbiais apresentam rapidamente o conceito de cada oração e as principais

⁹ De acordo com Furtado da Cunha (2010), o fenômeno da gramaticalização está relacionado à concepção funcionalista de que as línguas são dinâmicas e que a gramática de qualquer língua apresenta tanto padrões estáveis, sistematizados pelo uso, quanto mecanismos de codificação emergentes, e, em consequência disso, nunca se estabiliza.

A gramaticalização é um processo linear e unidirecional, segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, passam a assumir, no curso do tempo e em determinados contextos, funções gramaticais e mesmo depois de gramaticalizados continuam a desenvolver novas funções gramaticais.

conjunções. Em nosso caso específico, a conjunção **quando** é apresentada como a principal conjunção temporal e, em geral, não aparece como uma conjunção que possa encabeçar outras orações subordinadas adverbiais.

Góis (1955), embora permanecesse atrelado ao critério formal, reconhecia a multiplicidade de usos da conjunção **quando**, que segundo o autor possui *ubiquidade*, onipresença,

4 – A Conjunção *quando* pode ser:

- a) condicional, (em lugar de *se*): Pedro será aprovado *quando* estude (*se* estudar);
- b) alternativa (repetida): *Quando* (quer) a trote, *quando* (quer) a galope – Moraes;
- c) temporal: *Quando* rompia a aurora...
- d) concessiva (em lugar de *ainda que*, *embora*): *Quando* (ainda que, embora) se tivessem quebrado as trombetas que preconizam a Cecília, seu nome jamais teria perecido – Monte Alverne (Apud Aulete);
- e) adversativa (em lugar de *entretanto* e com a idéia de objeção): Gastaram 10 dias a pé, *quando*, se fossem por mar, teriam só dois dias de jornada – Aulete = Gastaram 10 dias a pé, *entretanto* (porém, mas) se fossem por mar, etc. (GOIS, 1955, p. 38).

A gama de sentidos que a conjunção **quando** pode produzir, associada a outros elementos da linguagem publicitária, também encontra respaldo em Borba (1996) que em seu dicionário de usos do português nos apresenta as várias acepções para a conjunção **quando**, permitindo estabelecer um *continuum* para a verificação de seu uso mais ou menos prototípico, que vai desde a subordinativa temporal até o pronome relativo,

QUANDO *Conj* [**Subordinativa. Temporal**] 1 na ocasião em que: [...]2 no momento em que; assim que; logo que [...] 3 sempre que: [...] [**Condicional**] 4 se:[...]5 desde que; uma vez que; se[...] [**Concessiva**] 6 apesar de que; ainda que; embora[...] [**Tempo. Interrogativo**] 7 em que momento ou ocasião: [...] 8 introduz oração interrogativa indireta; o momento ou a ocasião em que[...] [**Compl: de+nome**] 9 por ocasião [...] *Pron* [**Relativo**] 10 em que[...] (BORBA, 1996, p. 42).

Para Neves (2000), o **quando** é um conectivo com valor neutro e sua associação com o modo e o tempo verbal empregado nas cláusulas podem influenciar relações de tipo lógico-semântico como causa, condição e concessão.

Azeredo (2001) nos diz que o **quando** é a conjunção temporal mais utilizada, o que o aproxima do seu correspondente em inglês, o *when*, que de acordo com Givón (2001) é um caso de não-marcação:

Muitas vezes, um subordinador temporal mais usual ‘não marcado’, como ‘when’ em Inglês, é usado quando as relações temporais específicas são de fato mais almeçadas. Tal estratégia de codificação demarcada tem sucesso quando a especificidade semântica da relação temporal pode ser inferida a partir de outras características de duas cláusulas – geralmente a partir do verbo e seu tempo-aspecto-modo. Considere a ilustração:

- a. Precedência: *Quando* ela chegou, ele já *havia* deixado.
- b. Subsequência: quando ele se levantou, ela também o fez.
- c. Simultaneidade: quando ela vivia lá, todo mundo foi sinceramente amigável.
- d. Ponto coincidência: quando ele abriu a porta, ela atirou nele.
- e. Divisa final: quando estiver pronto, avise-me.
- f. Divisa inicial: quando você começa, basta manter.
- g. Intermediário: quando ele tiver terminado e ela ainda não tiver começado, é quando deve entrar (GIVÓN, 2001, v.2, p. 330).¹⁰

Mira Mateus et al. (2003, p. 707), ao falarem sobre os tipos de orações condicionais e sua relação com o modo verbal, mencionam que o conector **quando** pode conter os dois valores, o temporal e o condicional:

A oração antecedente é tipicamente iniciada pelos seguintes conectores: *se*, *caso*, *no caso de*, *se porventura*, com o verbo no futuro do conjuntivo; *quando*, também seguido do futuro do conjuntivo, tem um valor condicional e temporal; *contanto que* e *desde que* são usados com o presente do conjuntivo.

Já ao discorrerem sobre a estrutura interna da oração temporal, as autoras apontam em nota a diversidade de usos do conector **quando**:

¹⁰ Quite often, a more general (‘unmarked’) temporal subordinator, such as ‘when’ in English, is used when more specific temporal relations are in fact intended. Such demarcated coding strategy succeeds when the semantic specificity of the temporal relation can be inferred from other features of the two clauses – most commonly from the verb and its tense-aspect-modality. As an illustration, consider:

- a. Precedence: *When* she came, he *had* already left.
- b. Subsequence: *When* he got up, she did *too*.
- c. Simultaneity: *When* she lived there, everybody *was* real friendly.
- d. Point coincidence: *when* he opened the door, she shot him.
- e. Terminal boundary: *when* you’re *done*, teel me.
- f. Initial boundary: *when* you *start*, just *keep* going.
- g. Intermediacy: when he’s done and she’s not yet started, that’s when you should enter (GIVÓN, 2001, v.2, p. 330).

Quando, além do valor temporal, pode ter outros valores: (a) temporal e condicional (factual, hipotético e contrafactual conforme os tempos verbais): (i) O Mário veio quando eu quis; (ii) O Mário virá quando eu quiser, (iii) O Mário teria vindo quando eu quisesse.
(b) temporal e concessivo: (iv) O Ministro negou o conteúdo das acusações quando se sabia que havia provas nesse sentido (MIRA MATEUS et. al 2003, p. 723).

Como podemos perceber, a multiplicidade de usos para o conectivo **quando** sempre existiu, o que ressalta a importância do reconhecimento da multifuncionalidade desse elemento.

6 A MULTIFUNCIONALIDADE DO CONECTIVO “QUANDO” EM PROPAGANDAS

Como assegura Decat (2001), é de extrema importância que o reconhecimento das inferências que emergem da articulação de cláusulas não fique restrito à análise da conjunção que encabeça a cláusula satélite, assim como não se norteie apenas por fatores gramaticais, como o modo verbal, que segundo a autora apenas sugere o tipo de inferência. Nessa perspectiva, torna-se fundamental a consideração dos fatores discursivos presentes no texto, e, mais especificamente em nosso caso, de todos os elementos, verbais ou não verbais, presentes nas propagandas.

Consideraremos a definição de hipotaxe de realce, nos termos de Matthiessen e Thompson (1987), com vistas a verificar os aspectos sintático-semântico-pragmáticos da articulação de cláusulas nas propagandas.

Durante a análise do *corpus*, verificamos que das cláusulas hipotáticas iniciadas com o conectivo **quando** na articulação de cláusulas emergiram relações inferenciais de tempo, condição, tempo e condição, concessão e causa e tempo. Por uma questão de organização, separamos as propagandas em 05 (cinco) grandes grupos. Considerando o aspecto semiótico do *corpus*, optamos por não apresentá-lo como anexo, e tendo em vista o número expressivo, 92 (noventa e duas), elegemos apenas 02 (dois) exemplares de cada grupo para análise, com exceção do grupo das causais/temporais, uma vez que as seis (06) ocorrências encontram-se em uma única propaganda. Os dados quantitativos oriundos das análises realizadas serão apresentados no item 6.3.

Como mencionado anteriormente, numa tentativa de reduzir aspectos subjetivos, elaboramos algumas perguntas, as quais denominamos testes, a partir das abordagens de Neves (2000) e Mira Mateus et. al. (2003), que subsidiaram as análises do *corpus*. Na aplicação dos testes, não fizemos nenhuma inversão de ordem das cláusulas e nenhuma adaptação textual. Em alguns casos, recuperamos elementos sintáticos como o sujeito e objeto, referentes dados ou inferíveis, a partir da imagem ou dos textos presentes nas propagandas. No entanto, foram

descartadas durante o processo de análise as propagandas cujos verbos, quer na cláusula satélite quer na cláusula principal, não se encontravam explícitos.

A seguir, apresentam-se os testes formulados para ratificar as análises realizadas previamente que constataram a existência de relações inferenciais de condicionalidade, causalidade e concessão, além das de temporalidade, que emergiram da articulação das cláusulas. Utilizaremos nos testes 01 (uma) ocorrência de cada grupo para exemplificação.

6.1 A delimitação das relações inferenciais

Como dito anteriormente, para tentarmos reduzir possibilidades subjetivas na análise, aplicamos testes elaborados a partir da proposta de Neves (2000) e de Mira Mateus et. al. (2003), que nos auxiliaram a delimitar e categorizar as relações inferenciais que emergem da articulação de cláusulas, conforme exposto a seguir.

6.1.1 Relações de condicionalidade

Segundo Neves (2000), das construções condicionais emergem relações lógico-semânticas instauradas entre o conteúdo da condicionante e da condicionada. A autora nomeia como prótase a oração que exprime a condição e apódose a que exprime o que é condicionado. Porém, por uma questão de metodologia manteremos a denominação de cláusula núcleo para apódose (principal, nas gramáticas tradicionais) e cláusula satélite para prótase (subordinada, nas gramáticas tradicionais). A construção condicional baseia-se numa hipótese, e a relação instaurada pode ser representada da seguinte forma:

Oração satélite: condição para realização...

Oração núcleo: ... consequência / resultado da resolução da condição enunciada.

Ou ainda: “se **p**, **q**” – “**p** verdadeiro e **q** verdadeiro”.

Essa relação implica a consideração de 03 grupos de construções, conforme especificação a seguir:

Condicionais factuais/reais	Dada a realização / a factualidade da oração condicionante , segue-se, necessariamente, a realização, / a factualidade da oração condicionada . A natureza factual muitas vezes vem realizada por um elemento resumitivo/conclusivo (então) que ocorre na condicionada.
Condicionais contrafactuais/irreais	Dada a não-realização / a não-factualidade da oração condicionante , segue-se, necessariamente, a não-realização, / a não-factualidade da oração condicionada .
Condicionais eventuais/potenciais	Dada a potencialidade da oração condicionante , segue-se a eventualidade da oração condicionada .

Quadro 04: Quadro baseado na proposta de Neves com as subdivisões das construções condicionais.

Fonte: Neves (2000).

Mira Mateus et al. (2003) também apontam a dependência semântica entre as orações nas construções condicionais, assim como as separa nos três (03) grandes grupos especificados por Neves (2000). Segundo as autoras, para que exista a condicionalidade, a oração satélite deverá ser condição suficiente da nuclear, que em contrapartida, deverá ser consequência necessária da satélite.

Com base nos aspectos mencionados, classificamos como condicionais as cláusulas satélites que exprimiam uma condição cuja realização acarretava como consequência a realização ou não da proposição expressa na cláusula núcleo. Como mencionado anteriormente, em alguns casos de condicionalidade podemos

inferir a presença do elemento resumitivo “então” na cláusula núcleo, fato que também nos guiou para a constatação da condicionalidade.

6.1.1.1 Aplicação do teste de condicionalidade



Figura 04 – [Propaganda Casas Bahia].
Fonte: Revista Veja, edição 2138, 07 nov. de 2009.

CORTE DE JUROS É BOM QUANDO NÃO SOBRA NADA.

(B) - cláusula núcleo: É consequência / resultado da resolução da condição enunciada na cláusula satélite?

Corte de juros é bom

(A) - cláusula satélite: É condição para realização da cláusula núcleo?

Quando não sobra nada.

Sim, e a relação que se estabelece é de condicionalidade eventual.

Quadro 05: Aplicação do teste de condicionalidade.

Para ressaltar a mensagem apelativa da liquidação das casas Bahia, a propaganda ressalta, por meio dos antônimos nada e tudo, que todos os produtos estão em promoção e que vale a pena aproveitar as ofertas. Neste contexto, para que a proposição contida em B seja verídica é necessário que ocorra o fato proposto em A, que é neste caso condição suficiente de B. Estabelece-se entre as cláusulas uma relação condicional de eventualidade.

Não identificamos na cláusula satélite marcações de tempo em relação à cláusula núcleo. Parece-nos que neste exemplo a relação semântica de temporalidade está apagada, ao mesmo tempo, a relação semântica de condicionalidade torna-se evidente, pois a cláusula satélite estabelece uma condição para que o fato proposto na nuclear se concretize. Em termos de propaganda, percebemos que o diferencial entre a promoção da anunciante e das outras empresas é o fato de que as condições oferecidas pela mesma levarão a uma queima total de estoque, ou seja, não sobrá nada.

6.1.2 Relações de temporalidade

Neves (2000) e Mira Mateus et al. (2003) apontam para o fato de que as construções temporais expressam o tempo em que ocorre o estado de coisas da cláusula satélite, ou seja, se a relação entre as duas cláusulas é de simultaneidade, precedência ou subsequência.

Neves (2000) chama a atenção para a complexidade que envolve a expressão de tempo e as relações lógico-semânticas que se associam à relação temporal na

articulação das orações, que podem variar em função da correlação dos tempos verbais:

- (1) A correlação de **presente** com **presente** caracteriza uma perspectiva global **imperfectiva** de **estados de coisas simultâneos** (total ou parcial), o que licencia a indicação de **habitualidade**. Esse complexo favorece uma interpretação **condicional**.
- (2) A correlação de **pretérito perfeito** com **pretérito perfeito** configura **telicidade**, ou seja, **aspecto perfectivo** do conjunto da construção, sendo os dois eventos percebidos globalmente como **pontuais** (sem duração) e **simultâneos** (total ou parcialmente) no **passado**, como nas ocorrências marcadas como do tipo a). A simultaneidade parcial pode representar subsequência parcial, como as ocorrências marcadas como do tipo b), complexo que pode favorecer uma interpretação **causal**.
- (3) A correlação de **pretérito imperfeito** com **pretérito imperfeito**, do mesmo modo que ocorre no caso da correlação entre duas formas de presente, caracteriza uma perspectiva global **imperfectiva** de **estados de coisas simultâneos** (total ou parcialmente). Mais do que de **habitualidade**, porém, a indicação licenciada é, em geral, a de **iteratividade**, já que a **oração temporal** pode determinar que o **estado de coisas** da **oração principal** seja percebido como não-contínuo. Esse complexo favorece uma interpretação **condicional**.
- (4) A correlação de **pretérito perfeito** com **pretérito imperfeito** (esteja cada uma dessas formas em qualquer das duas orações) configura uma relação temporal em que, dentro do desenvolvimento temporal de um **estado de coisas** (o **imperfeito**), se inscreve um ponto de intersecção (o **perfeito**), o que representa simultaneidade parcial: pode haver um período de tempo que anteceda e outro que suceda o ponto representado pelo **pretérito perfeito**.
- (5) O uso do **pretérito mais-que-perfeito** na **oração temporal**, correlacionado com o **pretérito perfeito** na **oração principal**, implica subsequência do **estado de coisas** expresso nesta última. (NEVES, 2000, p. 791-792) (grifos da autora).

Com base nos aspectos mencionados, classificamos como temporais as cláusulas satélites que exprimem a relação do tempo de realização do estado de coisas da cláusula satélite em relação à cláusula núcleo (simultaneidade, precedência, subsequência).

Nas cláusulas em que foi constatada a existência de mais de uma inferência para a relação que emerge entre as cláusulas, buscamos verificar se os aspectos apontados pela autora, como a correlação verbal, dão conta de explicar o fenômeno. Tendo em vista o número considerável de peças publicitárias que apresentaram a concomitância das relações de temporalidade e condicionalidade, valemo-nos das indicações constantes no quadro abaixo, para subsidiar nossas análises.

Relação temporal com sentido condicional efetuadas por QUANDO <i>Envolvem simultaneidade e abrigam o traço não-télico, ou seja, o aspecto imperfectivo.</i>	
Condiciona eventual Na cláusula nuclear e na satélite, ocorre o presente ou o pretérito imperfeito	O estado de coisas das duas orações são simultâneos. O não-perfectivo pode implicar iteração (quando = “todas as vezes que”).
Condiciona factual Na cláusula nuclear e na satélite, ocorre o presente ou o pretérito imperfeito	A relação de simultaneidade é tênue. Tem relevância a factualidade contida na cláusula satélite. O fato expresso na cláusula satélite pode ser entendido como justificativa para o que se afirma na oração principal (= já que, uma vez que)

Quadro 06: Quadro baseado na proposta de Neves sobre as relações de tempo e condição

Fonte: Neves (2000).

Segundo Mira Mateus et. al (2003), a correlação do futuro do subjuntivo nas duas cláusulas indica a correlação de condicionalidade e temporalidade.

Qual a relação que se estabelece entre o estado de coisas da cláusula nuclear e da cláusula satélite? **Simultaneidade temporal.**

Quadro 07: Aplicação do teste de temporalidade

A propaganda da Rodosol criou um jogo com o suporte que a veiculou, jornal, para chamar a atenção para a diferença da rodovia administrada pela concessionária e as demais rodovias do Brasil. O corpo do texto estabelece um jogo intertextual com os conceitos prévios do leitor sobre a Alemanha, país de primeiro mundo reconhecido por sua eficiência, para ressaltar a qualidade dos serviços prestados pela Rodosol no intuito de criar uma imagem positiva perante os leitores.

No contexto apresentado, emerge uma relação inferencial de simultaneidade temporal entre as duas cláusulas.

6.1.2.2 Aplicação do teste de temporalidade e condicionalidade.



Respeito só aumenta quando você conhece direito os direitos que tem. Exija, devolva, troque, reclame, recorra. O Código de Defesa do Consumidor é uma conquista de cada brasileiro. Por isso, faça sua parte. Leia e aprenda a usar. Assim, você faz valer os seus direitos. Caso não haja um acordo, procure o PROCON da sua cidade. Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Quanto mais você usar, mais o respeito vai aumentar.

Use o código. Isso é direito. Acesse www.mj.gov.br/dpdc

Uma campanha do Ministério da Justiça pelo que é direito.

Figura 06 – [Propaganda Ministério da Justiça]
Fonte: Revista Veja, edição 2165, 15 mai. de 2010.

Respeito só aumenta quando você conhece direito os direitos que tem.

(B) - cláusula núcleo: É consequência / resultado da resolução da condição enunciada na cláusula satélite?

Respeito só aumenta

(A) - cláusula satélite: É condição para realização da cláusula núcleo?

quando você conhece direito os direitos que tem.

Sim, e a relação que se estabelece é de factualidade.

(C) Qual a relação que se estabelece entre o estado de coisas da cláusula nuclear e da cláusula satélite? Simultaneidade (presente indicativo / presente indicativo)

“respeito só aumenta uma vez que você conhece direito os direitos que tem”.

Quadro 08: Aplicação do teste de temporalidade e condicionalidade

A propaganda do Ministério da Justiça divulga o Código de Proteção e Defesa do Consumidor e reforça um direito de todo cidadão: o de exigir seus direitos como consumidores. O corpo do texto afirma que todos devem e podem reclamar quando o produto apresenta algum problema, e que esse direito deve ser respeitado por quem fabrica e vende o produto. Neste contexto, podemos entender A como condição suficiente de B, e B como uma consequência necessária de A. O advérbio ‘só’ reforça a condicionalidade da proposição contida em B, estabelecendo uma condicionalidade dupla, “se e somente se”.

Em relação à inferência de temporalidade, a relação que se estabelece entre as duas cláusulas é de simultaneidade, indicando que a relação de respeito entre o consumidor e o fornecedor aumenta a partir do momento em que aquele toma conhecimento de todos os direitos que possui.

6.1.3 Relações de concessão

Segundo Neves (2000), as construções concessivas possuem relações tanto com as construções adversativas como com as construções causais e condicionais. No primeiro caso, por encaixar-se, assim como as adversativas, entre as conexões

contrastivas, e, dessa forma, ter a função de contrariar à expectativa; no segundo caso, por expressar, assim como as causais e as condicionais, de uma certa maneira, uma relação de causa.

Neves (2000, p. 865) afirma que uma das definições mais aceitas para este tipo de construção é a que diz “que, numa construção **concessiva**, o fato (ou a noção) expresso na **oração principal** é asseverado, a despeito da proposição contida na **oração concessiva**” (grifos da autora).

Definição que vai ao encontro do proposto por Mira Mateus et al. (2003, p. 718), “As **orações concessivas** exprimem um conteúdo semântico que contrasta com aquilo que, dado o nosso conhecimento do mundo, se esperaria a partir do conteúdo semântico da proposição com a qual se combina” (grifos da autora). Como podemos perceber nessa definição, as relações de concessão envolvem os participantes da situação comunicativa, deixando clara a importância do interlocutor, posição compartilhada tanto por Mira Mateus et al. (2003) quanto por Neves (2000), que também concordam com o fato de que as relações de concessão se dividem em três grandes grupos: factuais (ou reais), contrafactuais (ou irrealis) e eventuais.

Para analisar as relações de concessão presente no *corpus*, valemo-nos do esquema proposto por Neves (2000), conforme quadro abaixo:

<p>Numa construção concessiva, vista a partir do esquema lógico. Pode-se chamar p à oração concessiva (satélite) e q à principal (núcleo). Trata-se de uma construção concessiva quando p não constitui razão suficiente para não q:</p> <p>Em outras palavras, pode-se dizer que, apesar de o fato (ou o evento) expresso em p constituir uma condição suficiente para a não-realização do fato (ou evento) expresso em q, q se realiza; e, nesse sentido, se pode dizer que a afirmação de q independe do que quer que esteja afirmado em p:</p>	<p>“embora p, q” – “p verdadeiro e q independente da verdade de p”</p>
--	---

Oração 1: “condição (suficiente) para não-realização”.	Oração 2: “realização”.
Oração 1: “condição (suficiente) para realização”.	Oração 2: “não-realização”.
Oração 1: “condição (com potencial) para realização”.	Oração 2: “eventual realização”.

Quadro 09: Quadro baseado na proposta de Neves sobre as relações de concessão.

Fonte: Neves (2000).

6.1.3.1 Aplicação do teste de concessão.

Com o novo SBP Automático, você protege a sua casa sem parar. Mesmo quando você está longe dela.
Chegou SBP Automático. Proteção dia e noite contra insetos.

Proteção contínua.
Microsprays a cada 15 minutos.
Avaliado por toxicologistas.
Em 24 horas, solta a mesma quantidade que 3 segundos de um spray comum.

24 horas = 3 segundos*

Terrível contra os insetos. Contra os insetos.

Figura 7 – [Propaganda SBP].
Fonte: Revista Veja, edição 2144, 23 dez. de 2009.

Com o novo SBP automático, você protege a sua casa sem parar. Mesmo quando você está longe dela.

q (cláusula núcleo): você protege a sua casa sem parar.

p (cláusula satélite): mesmo quando você está longe dela.

Teste: apesar de o fato (ou o evento) expresso em **p** constituir uma condição suficiente para a não-realização do fato (ou evento) expresso em **q**, **q** se realiza; e, nesse sentido, se pode dizer que a afirmação de **q** independe do que quer que esteja afirmado em **p**? **Sim.**

Quadro 10: Aplicação do teste de concessão

A ausência do dono de sua residência pode ser vista como uma condição suficiente para que a casa fique desprotegida. A propaganda da SBP explora esse sentimento de insegurança para anunciar o seu novo produto, o “SBP automático”, que ao contrário de seus antecessores, tem condições de proteger a casa mesmo na ausência das pessoas. Nesse contexto, é possível que o fato proposto em **q** se realize independente do proposto em **p** (estar longe de casa).

Assim como Ramos e Silva (2012), acreditamos que o valor concessivo presente na cláusula hipotática pode advir da interferência da partícula *mesmo* e que o conjunto *mesmo quando* pode corresponder a uma variante da expressão *mesmo que*. Neves (2000), ao tratar das construções condicionais, aponta uma construção condicional com matriz concessiva (um caso de fronteira entre uma relação condicional e uma relação concessiva). Tal fato ocorre em construções em que o elemento concessivo *mesmo* antecede a conjunção condicional *se*, formando o conjunto *mesmo se*. Acreditamos que a inferência que emerge da articulação das cláusulas analisadas permite-nos aplicar tal raciocínio ao caso em tela.

6.1.4 Relações de causalidade

De acordo com Neves (2000), a relação causal em sentido restrito diz respeito à conexão causa-consequência, ou causa-efeito, entre dois eventos. Tais relações ocorrem entre predicções (estados de coisas), indicando “causa real”, ou “causa

eficiente”, ou “causa efetiva”. Nessa concepção restrita a relação causal implica subsequência temporal do efeito em relação à causa. Neste caso teríamos:

Cláusula satélite: causa real

Cláusula núcleo: efeito.

No entanto, a relação causal entre conteúdos (“causa efetiva”) não envolve necessariamente tempo, podendo ocorrer entre estados de coisas não-dinâmicos. As relações causais também não se restringem a acontecimentos ou situações de um mundo, podendo ser marcadas por um conhecimento, julgamento ou crença do falante, isto é, existentes no domínio epistêmico, constituindo a causa formal do fato possível.

Segundo a autora, podem ser consideradas construções causais as que apresentam entre si uma relação causal *lato sensu*. Dessa forma, causa abrange não somente a causa real, como também razão, motivo, justificativa ou explicação, abrigando as relações que podem ocorrer entre predicções, entre proposições e entre enunciados.

Nas relações causais intervêm alguns esquemas lógicos ligados à relação condicional, nestes casos a relação de causa é também condição necessária e suficiente que, preenchida, consiste numa “causa eficiente” para a realização da cláusula núcleo. No entanto, Neves (2000) alerta que tal consideração limitaria a interpretação das relações causais, chamando a atenção para o fato de que a comprovação de relações de causalidade lógico-semântica não é a que importa no âmbito da investigação linguística. A autora ressalta que:

em termos de enunciados reais, a noção de causalidade só pode ser investigada com relação à organização do discurso, aí incluídas todas as questões ligadas à distribuição de informação e à orientação argumentativa (NEVES, 2000, p. 807-808).

Com base nos aspectos mencionados, classificamos como causais as cláusulas satélites que exprimiam a causa real, como também a razão, o motivo, a justificativa ou a explicação da proposição expressa na cláusula núcleo.

Considerando que em nosso *corpus* detectamos seis (06) ocorrências causais do conectivo **quando**, todas em uma única propaganda, optamos por apresentá-la na análise qualitativa dos dados, item 6.2.9. Valemo-nos de umas das ocorrências presente na propaganda para exemplificar a aplicação do teste de causalidade, conforme exposto a seguir.

(B) - cláusula núcleo: É consequência / efeito do evento proposto na cláusula satélite?

A Petrobrás faz história

(A) - cláusula satélite: Exprime a causa real, a razão, o motivo, a justificativa ou a explicação da proposição expressa na cláusula núcleo?

Quando é considerada a oitava maior empresa do planeta em valor de mercado.

Sim, a cláusula satélite justifica, expõe o motivo da proposição contida na cláusula nuclear.

Quadro 11: Aplicação do teste de causalidade.

6.2 Análise do corpus

6.2.1 Propaganda da Nextel

UM LIMITE NA VIDA NÃO PODE SER O LIMITE DA VIDA.

NEXTEL

A GENTE NÃO ACREDITA EM LIMITES. A MULHER AÍ AO LADO TAMBÉM NÃO. E OLHA QUE AOS 17 ANOS ELA PENSOU EM SE MATAR. SIM, CHEGOU NO LIMITE. MAS TEM GENTE QUE ALI, NO LIMITE, ENXERGA OUTRO LIMITE E CRIA FORÇAS PARA SUPERAR TODOS. FERNANDA YOUNG VIROU ESCRITORA, ROTEIRISTA, APRESENTADORA E ATRIZ. AINDA POSOU NUA AOS 40. FERNANDA NÃO QUER SABER DE LIMITES. E A NEXTEL TAMBÉM NÃO. A GENTE NASCEU PARA NÃO TER LIMITES. E ISSO NÃO É UMA PROMOÇÃO. É A FILOSOFIA DA EMPRESA. QUANDO A GENTE DIZ QUE É ILIMITADO, É ILIMITADO MESMO. SOMOS A ÚNICA COMPANHIA TELEFÔNICA QUE OFERECE INTERNET WAP ILIMITADO, SMS ILIMITADO, RÁDIO E CELULAR ILIMITADOS DE NEXTEL PARA NEXTEL. TUDO ISSO COM APENAS UM OBJETIVO: PARA QUE VOCÊ NÃO TENHA LIMITES. PARA QUE SUA EMPRESA CRESÇA SEM LIMITES, PARA QUE SUAS IDEIAS SEJAM ILIMITADAS. ESSA É A NEXTEL. PARA A GENTE E PARA A FERNANDA, LIMITES SÓ ATRAPALHAM. SE ISSO NÃO FOSSE VERDADE, ELA NÃO TERIA HOJE NOVE LIVROS PUBLICADOS, QUATRO FILMES, CINCO SÉRIES DE TV E, PRINCIPALMENTE, 4 FILHOS LINDOS.

BEM-VINDO AO CLUBE DO ILIMITADO.

SE VOCÊ TAMBÉM NÃO ACREDITA EM LIMITES, QUE TAL CONVERSAR COM A FERNANDA SOBRE ISSO? FAZ UVA O NEXTEL DELTA: 02 1300*7717 / (11) 7717-7717. LIGUE DAS 19H00 ÀS 20H00, DE 6 A 20/12.

neotenholimites.com.br

Avançar

A GENTE NÃO ACREDITA EM LIMITES. A MULHER AÍ AO LADO TAMBÉM NÃO. E OLHA QUE AOS 17 ANOS ELA PENSOU EM SE MATAR. SIM, CHEGOU NO LIMITE. MAS TEM GENTE QUE ALI, NO LIMITE, ENXERGA OUTRO LIMITE E CRIA FORÇAS PARA SUPERAR TODOS. FERNANDA YOUNG VIROU ESCRITORA, ROTEIRISTA, APRESENTADORA E ATRIZ. AINDA POSOU NUA AOS 40. FERNANDA NÃO QUER SABER DE LIMITES. E A NEXTEL TAMBÉM NÃO. A GENTE NASCEU PARA NÃO TER LIMITES. E ISSO NÃO É UMA PROMOÇÃO. É A FILOSOFIA DA EMPRESA. QUANDO A GENTE DIZ QUE É ILIMITADO, É ILIMITADO MESMO. SOMOS A ÚNICA COMPANHIA TELEFÔNICA QUE OFERECE INTERNET WAP ILIMITADA, SMS ILIMITADO, RÁDIO E CELULAR ILIMITADOS DE NEXTEL PARA NEXTEL. TUDO ISSO COM APENAS UM

Figura 08 – [Propaganda Nextel].
Fonte: Revista Veja, edição 2142, 05 dez. de 2009.

Buscando diferenciar-se das concorrentes, em um mercado extremamente competitivo – o da telefonia, a empresa anunciante procura conquistar o consumidor alegando que os produtos por ela oferecidos, internet WAP ilimitada, SMS ilimitado, rádio e celular ilimitados de nextel para nextel, não são apenas mais uma promoção, ou seja, não tem um prazo de validade estabelecido, fazem parte da filosofia adotada pela empresa, não ter limites.

O corpo do texto no qual estão inseridas as cláusulas por nós analisadas inicia-se da seguinte maneira: “a gente nasceu para não ter limites. E isso não é uma promoção. É a filosofia da empresa. Quando a gente diz que é ilimitado, é ilimitado mesmo.” Levando-se em consideração todos os elementos presentes na propaganda, assim como o nosso conhecimento de mundo sobre as ofertas das empresas de telefonia, parece-nos que da articulação entre a cláusula hipotática de realce, satélite, “quando a gente diz que é ilimitado” e a cláusula nuclear “é ilimitado mesmo” emerge uma relação semântica de condição para a realização do fato proposto “ser ilimitado”. A importância dessa característica revela-se na organização das cláusulas, a cláusula hipotática é topicalizada para chamar a atenção do leitor. Ao que nos parece, a temporalidade está apagada nesse processo de articulação.

A mensagem veiculada no corpo do texto afirma que a empresa é “a única companhia telefônica que oferece esses serviços”. Nesse contexto, a proposição contida na cláusula satélite é condição suficiente da cláusula núcleo, pois a empresa afirma que não é apenas mais uma oferta e sim uma filosofia empresarial. Da mesma forma, a cláusula núcleo é uma consequência necessária da cláusula satélite, pois as outras empresas não oferecem tal serviço, somente a Nextel, retomada no referente “a gente”. Logo, emerge da articulação das cláusulas mencionadas uma relação condicional factual.

Acreditamos que o uso menos prototípico do conectivo, neste exemplo, representa um caso de marcação e acrescenta um impacto discursivo mais enfático à mensagem a ser veiculada do que o conectivo prototípico condicional *se*, ou mesmo o próprio conectivo **quando** em seu uso prototípico.

6.2.2 Propaganda da Perdigão

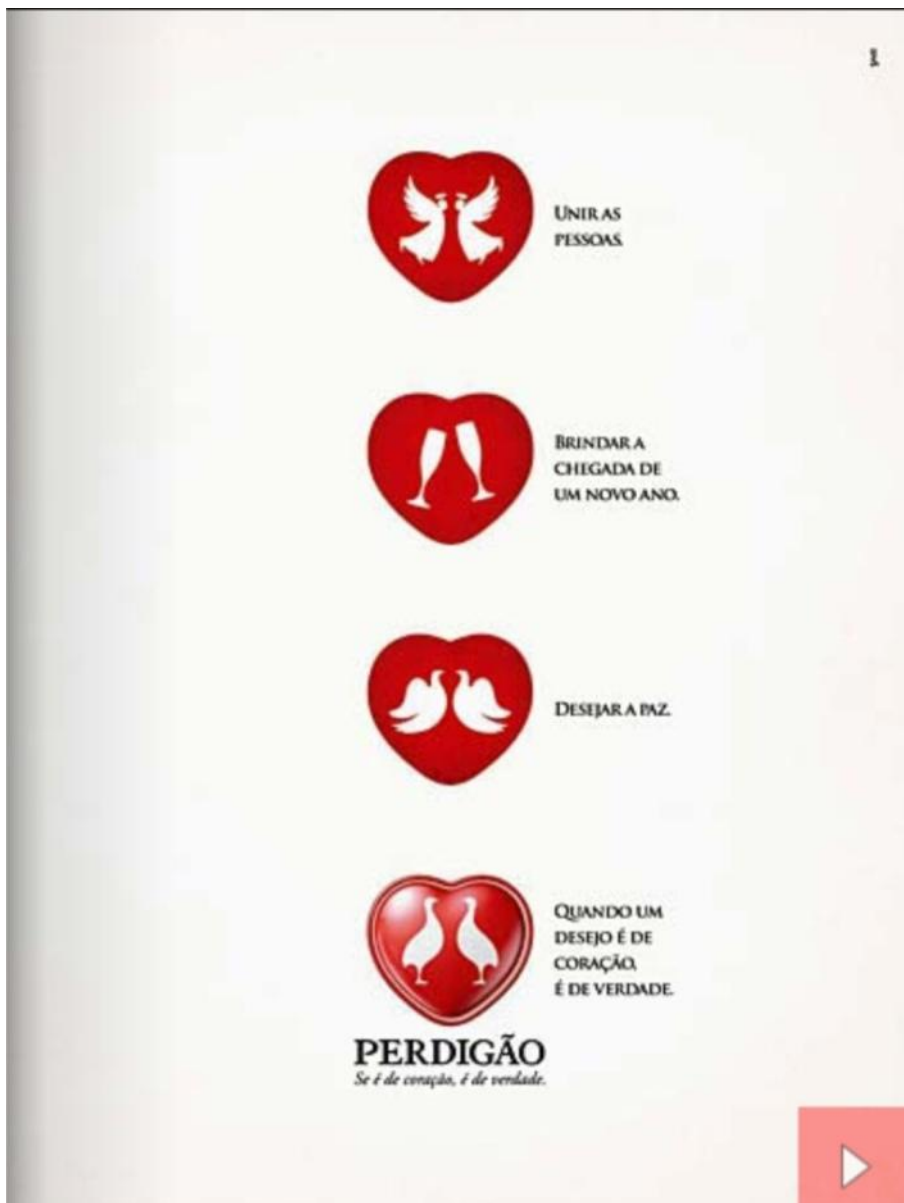


Figura 9 – [Propaganda Perdigão].
Fonte: Revista Veja, edição 2145, 30 dez. de 2009.

A propaganda da Perdigão aproveita-se do momento festivo, a proximidade do Ano Novo, para reafirmar positivamente a marca da empresa perante o público, promovendo um jogo interessante entre as cores da logomarca da empresa, o vermelho e o branco, que também são as cores que permeiam as comemorações do fim de ano e a ressignificação de frases que se tornaram clichês a partir do *slogan* da empresa, “Se é de coração, é de verdade”, por meio de um processo de intertextualidade, que segundo KOCH (2007, p.86) “ocorre quando, em um texto, está inserido outro texto (intertexto) anteriormente produzido, que faz parte da

memória social de uma coletividade [...]”. Três corações trazem desenhos que simbolizam as ações e os desejos que se tornaram “obrigatórios” na passagem do ano, e que por isso mesmo muitas vezes perdem sua intensidade, o último coração, que é a marca da empresa, traz a mensagem que busca ressignificar as demais “Quando um desejo é de coração, é de verdade”.

Novamente, parece-nos que, no processo de articulação de cláusulas, a temporalidade do conectivo **quando** está apagada, e o referido conectivo introduz uma cláusula satélite que nos permite inferir uma relação semântica condicional, ou seja, um desejo somente será de verdade se for de coração. Esta interpretação é reforçada pelo *slogan* da empresa “Se é de coração, é de verdade”. Também neste caso a cláusula hipotática é topicalizada, colocando em foco as condições para que todo o discurso antecedente seja sincero, ser de coração.

Sendo assim, nesse contexto, a cláusula satélite, “quando um desejo é de coração”, é condição suficiente para a realização da cláusula núcleo, “é de verdade”, que por sua vez é uma consequência, o resultado da condição enunciada na cláusula satélite, estabelecendo-se dessa forma uma relação condicional de eventualidade.

Também neste exemplo, acreditamos que o uso menos prototípico do conectivo **quando** representa um caso de marcação ressignificando o uso do conectivo e permitindo um impacto discursivo mais enfático.

6.2.3 Propaganda da abecs



**Olga,
dona de casa.**

**Dona Olga pode
até sair de casa
sem dinheiro.
Sem cartão, jamais.**

Para você, seu cartão pode significar muita coisa. Para dona Olga, significa segurança. Quando ela teve sua carteira furtada, ligou rapidinho para o atendimento do cartão. Ele foi cancelado e dona Olga não teve nenhum prejuízo. Ficou sim sem a carteira de que tanto gostava, mas em poucos dias o cartão novo já estava na sua mão.

A ABECS – Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços quer que, assim como dona Olga, você use bem seu cartão. Lembre-se: em caso de perda ou roubo, ligue imediatamente para a central de atendimento.

Para saber mais acesse:
www.dicasdocartao.com.br

**Usando corretamente,
seu cartão só tem vantagens.**

abecs
Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços

Para você, seu cartão pode significar muita coisa. Para dona Olga, significa segurança. Quando ela teve sua carteira furtada, ligou rapidinho para o atendimento do cartão.

Figura 10 – [Propaganda abecs].
Fonte: Revista Veja, edição 2132, 30 set. de 2009.

A propaganda da abecs, Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviço, busca reafirmar positivamente a utilidade do cartão de crédito e atingir um público que, muitas vezes, se mostra relutante em utilizar esta modalidade de pagamento. Para tanto, a propaganda chama a atenção para o fator segurança, aliando um texto persuasivo a imagem de uma senhora sorridente, que poderíamos supor sem muito domínio de práticas financeiras, uma vez que a ela é atribuída a função de dona de casa, cujo cartão traz em letras garrafais a palavra *segurança*.

O corpo do texto da propaganda inicia-se da seguinte forma: “Para você, seu cartão pode significar muita coisa. Para dona Olga, significa segurança. Quando ela teve sua carteira furtada, ligou rapidinho para o atendimento do cartão. Ele foi cancelado e dona Olga não teve nenhum prejuízo. Ficou sem a carteira de que tanto gostava, mas em poucos dias o cartão novo já estava em suas mãos”. Analisando o texto em questão, considerando o índice elevado de assaltos aos idosos, que em geral são considerados vítimas mais indefesas pelos assaltantes, somos levados a crer que os transtornos causados por este ato de violência foram bem menores, haja vista que ela teve a oportunidade de cancelar o cartão e não perder seu dinheiro, que estava seguro no banco.

Neste contexto, a relação inferencial que emerge da articulação das cláusulas “Quando ela teve sua carteira furtada, ligou rapidinho para o atendimento do cartão” é de precedência temporal da cláusula satélite em relação à cláusula núcleo, uma vez que as proposições contidas nas duas cláusulas referem-se a um evento único ocorrido em um determinado momento no tempo e no espaço, ou seja, neste exemplo, verifica-se o uso prototípico do conectivo **quando**. Neste caso, a cláusula hipotática emoldura a porção núcleo, atuando como *fundo*, e sua anteposição ocorre em função da sequência dos eventos descritos.

6.2.4 Propaganda do Unibanco



Figura 11 – [Propaganda Unibanco].
Fonte: Revista Veja, edição 2115, 3 jun. de 2009.

Não podemos desconsiderar que atualmente o fator tempo tem sido cada vez mais valorizado. Muitas pessoas se queixam de que um dia, 24 horas, não é suficiente para realizar todas as suas tarefas. A propaganda do Unibanco veiculada na Revista Veja, no ano de 2009, vale-se desse aspecto, somando o tempo em que oferece atendimento nas agências com o disponibilizado nos caixas eletrônicos e na internet, afirmando que está 30h por dia com seu cliente.

Analisando o corpo do texto da propaganda, percebemos que não restam dúvidas quanto à temporalidade que emerge da articulação da cláusula satélite “Quando precisar do Unibanco” e nuclear “ele vai estar ali”

Se você nunca parou para pensar que o Unibanco está com você o tempo inteiro, não é por acaso. Nós queremos isso mesmo, que você não tenha nada com o que se preocupar. Quando precisar do Unibanco, ele vai estar ali, pronto para resolver o seu problema, a qualquer hora do dia. Todas as 30 horas: 6 nas agências e mais 24 onde você estiver.

Neste exemplo, o conectivo **quando** é utilizado em sua forma mais prototípica e realça o tema da propaganda, a presença do banco em todos os momentos, “[...] o Unibanco está com você o tempo inteiro [...]”, ressaltando que sempre que o cliente precisar o banco estará a sua disposição, para realçar essa afirmação, a cláusula hipotática é anteposta assumindo o estatuto de tópico na relação núcleo-satélite.

6.2.5 Propaganda do Sindimármore



Figura 12 - [Outdoor do Sindimármore].

Fonte: Propaganda veiculada em *outdoor* na Grande Vitória fotografada em 26/04/2004.

A propaganda do Sindimármore veiculada em 2004 em *outdoor* na Grande Vitória anuncia a Campanha Salarial do ano de 2004 denunciando que há uma relação entre o aumento de produtividade do setor e a diminuição da qualidade das condições de trabalho, o que pode gerar humilhação. O *slogan* da propaganda “O trabalho quando humilha não dignifica” é um exemplo de *détournement*¹¹ por acréscimo com inversão da polaridade, ou seja é constituído de forma a retomar o

¹¹ Conceito formulado por Grésillon & Maingueneau (1984, apud KOCH, 2009, p. 148), que “consiste em produzir um enunciado que possui as marcas lingüísticas de uma enunciação proverbial, mas que não pertence ao estoque dos provérbios reconhecidos”. Os autores postulavam a existência de um *détournement* de tipo lúdico, desvencilhado de manobras políticas ou ideológicas, cujo objetivo é “[...] levar o interlocutor a ativar o texto original, para argumentar a partir dele; ou então, ironizá-lo, ridicularizá-lo, contraditá-lo, adaptá-lo a novas situações, ou orientá-lo para um novo sentido diferente do original” (KOCH, 2009, p. 148).

provérbio “*o trabalho dignifica o homem*” num processo de subversão que contradiz o texto fonte, como se verifica em:

E1: O *trabalho dignifica o homem*.

E2: O trabalho quando humilha não dignifica.

Ao analisarmos a propaganda, não podemos deixar de considerar a temporalidade que emerge da articulação das cláusulas satélite “quando humilha” e nuclear “o trabalho não dignifica”, pois facilmente entendemos que o trabalho não dignifica no momento em que humilha ou mesmo todas as vezes em que este fato ocorre. Porém o ato proposto na cláusula satélite parece ter uma força argumentativa maior que temporal, o que se pode recuperar a partir da identificação do anunciante, o sindicato dos trabalhadores do setor de mármore, cuja função por excelência é proteger os trabalhadores e lutar por melhores condições de trabalho, a fim de combater a exploração nas relações de trabalho. O conectivo “quando” no texto em questão encabeça uma cláusula satélite que estabelece não só uma relação inferencial temporal, mas também uma relação inferencial condicional, pois condiciona o sentido do texto fonte, assim como sua negação, isto é, o trabalho só dignifica o homem se não houver humilhação.

A presença do *déutornement* é de extrema importância para a construção do sentido do texto. Ainda que a mensagem veiculada pelo *slogan* possa ser compreendida sem a recuperação do texto fonte por parte do leitor, parece-nos que sua apreensão torna-se fundamental para o impacto que o anunciante espera conseguir, pois uma das características do suporte que veicula a propaganda, *outdoor*, é alcançar o maior número de pessoas possíveis, e a presença de um texto de fácil acesso, que já está na memória coletiva, pode ser um aliado.

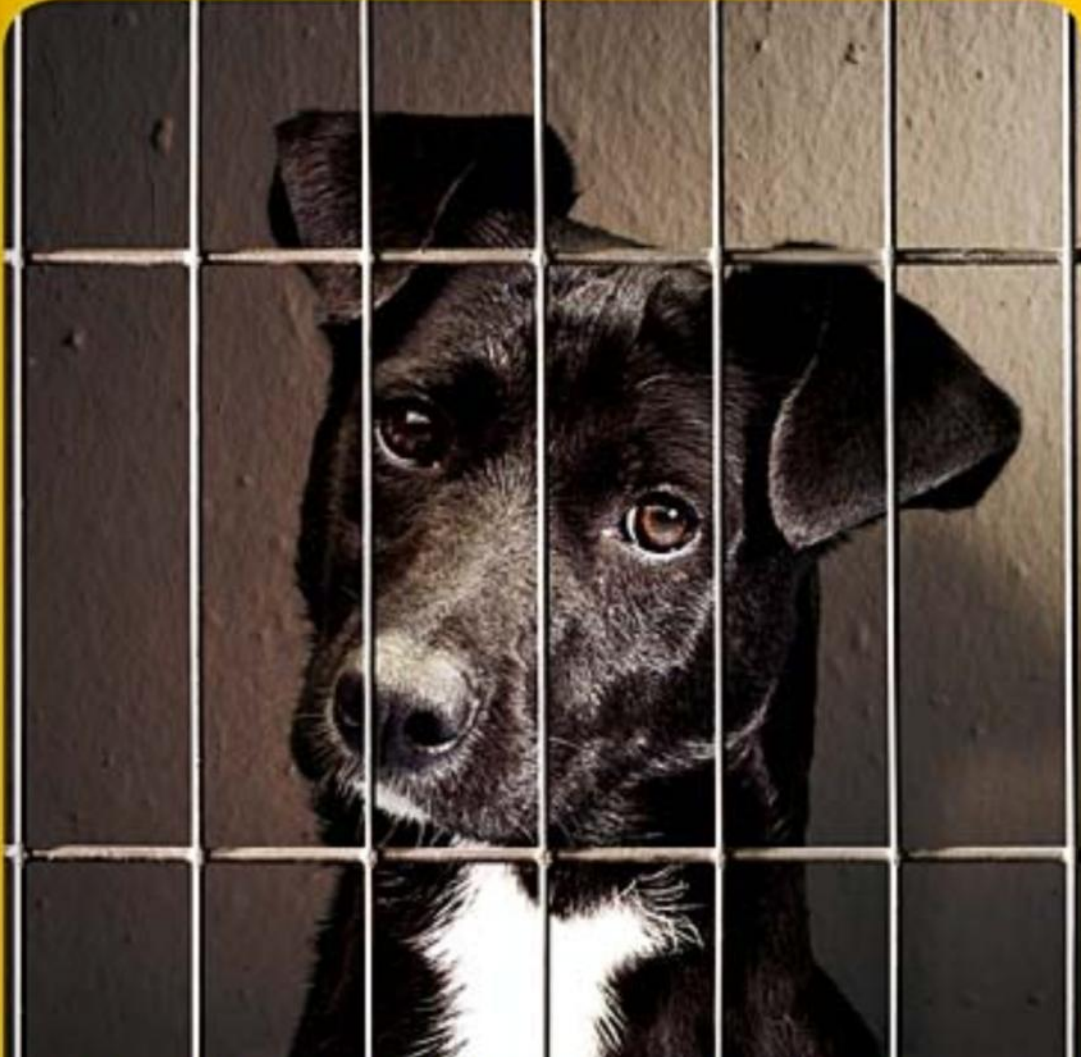
Ressalta-se ainda a relevância da recuperação do texto fonte para a construção de sentido do novo texto, pois é justamente a crença de que *todo trabalho dignifica* que é questionada pela propaganda. O sindicato espera conscientizar os trabalhadores do setor de mármore de que a luta por melhores condições de trabalho é uma questão de dignidade, e portanto, deve ser abraçada por todos.

Nesse contexto, a cláusula satélite torna-se condição para realização da cláusula núcleo, que por sua vez é uma consequência da realização do fato proposto na cláusula satélite, ao mesmo tempo emerge da articulação de cláusulas uma relação temporal de simultaneidade.

Parece-nos que o uso do conectivo neste exemplo também constitui um caso de marcação, pois ocupa o espaço intercategorial no *continuum* da prototipicidade, representando simultaneamente duas relações semânticas, a de tempo e condição. Percebemos no uso do conectivo **quando** na presente propaganda, além dos valores temporais e condicionais um valor restritivo. Porém, como foi o único exemplo encontrado no *corpus* optamos por não explorar tal aspecto, ainda que o consideremos de grande importância.

Neste exemplo, a cláusula hipotática além de funcionar como *fundo*, fornecendo um cenário para o evento descrito na porção adjacente, funciona como um guia para a atenção do leitor, delimitando a interpretação da porção núcleo.

6.2.6 Propaganda da Pedigree



The advertisement features a black and white dog with a white chest patch, looking out from behind vertical metal bars. The background is a solid yellow color. The text is in Portuguese, and the Pedigree logo is prominently displayed.

**EU SEI SENTAR, DEITAR E ROLAR.
SÓ NÃO SEI COMO VIM PARAR AQUI.**

Quando você compra PEDIGREE®, nós fazemos uma doação para ajudar cães abandonados a encontrar um lar feliz. Ajude-nos a ajudá-los.
Evidentemente a espera de um lar feliz. Acesse adotar.pedigree.com.br

Pedigree

Adotar é tudo de bom

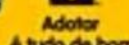




Figura 13 – [Propaganda Pedigree].
Fonte: Revista Veja, edição 2162, 28 abr. de 2010.

A propaganda da Pedigree procura afirmar positivamente a marca perante os potenciais consumidores, mostrando o compromisso social da empresa, que se preocupa com os animais abandonados. Porém, o corpo do texto deixa bem claro que a participação do consumidor é essencial, pois a escolha do produto implica a contrapartida da empresa, “Quando você compra PEDIGREE, nós fazemos uma doação para ajudar cães abandonados a encontrar um lar feliz. Ajude-nos a ajudá-los”.

Mais uma vez, não podemos deixar de considerar a temporalidade que emerge da articulação da cláusula satélite, “Quando você compra PEDIGREE”, e da cláusula núcleo, “nós fazemos uma doação”, afinal percebe-se uma relação de subsequência temporal entre os dois eventos. No entanto, parece-nos inegável que há uma condição para a realização da doação pela empresa, que vem expressa na cláusula satélite e é reforçada posteriormente, “Ajude-nos a ajudá-los”. Neste contexto, percebemos que a cláusula núcleo é uma consequência necessária da cláusula satélite, pois a Pedigree fará a doação quando você optar pela respectiva marca no ato da compra. Sendo assim a cláusula satélite é condição suficiente da cláusula nuclear, estabelecendo uma relação condicional factual. A cláusula hipotática assume a função de tópico, de acordo com Decat (2001, p. 159), “de ponto de partida para a estruturação da informação”.

Assim como no exemplo anterior, parece-nos que o uso do conectivo **quando** constitui um caso de marcação, na medida em que ocupa o espaço intercategoriaal no *continuum* da prototipicidade, representando simultaneamente duas relações semânticas, a de tempo e condição. Acreditamos que tal fato atribua um impacto discursivo maior, assim como nos outros casos em que ocorre o uso menos prototípico do conectivo.

6.2.7 Propaganda da Mapfre Seguros



Figura 14 – [Propaganda MAPFRE Seguros].
Fonte: Revista Veja, edição 2136, 28 out. de 2009.

A propaganda da MAPFRE Seguros, veiculada na Revista Veja no ano de 2009, busca diferenciar a seguradora das demais concorrentes a partir dos elementos que a compõem, a começar pelo *slogan*, “A seguradora diferente”.

O título da propaganda esclarece o que é ser diferente, ou seja, “[...] é acreditar em si mesmo até quando o mundo inteiro diz o contrário”. Para entendermos melhor a mensagem veiculada, faz-se necessário analisar o corpo do texto da propaganda, que apesar das letras reduzidas, permite ao interlocutor uma melhor compreensão do título, como se lê a seguir:

MAPFRE. Parceira de corrida da Brawn GP, uma equipe que pensa diferente. A MAPFRE tem orgulho de ser a seguradora de pessoas que pensam diferente. Que sonham alto. Que não têm medo de arriscar. Por isso, ela tem a honra de ser parceira de uma equipe inovadora, que tem garra e persistência como a Brawn GP.

A temporada de 2009 da Fórmula 1 foi considerada surpreendente, graças à equipe Brawn GP, liderada por Ross Brawn, que estreou naquele mesmo ano e foi a grande campeã da temporada. O piloto Jenson Button conquistou o campeonato de 2009 uma corrida antes do encerramento da temporada, em 18/10/2009. Tal fato é explorado na propaganda para reforçar positivamente a marca da empresa.

Voltando ao título, “Ser diferente é acreditar em si mesmo até quando o mundo inteiro diz o contrário”, percebemos que da articulação das cláusulas satélite, “até quando o mundo inteiro diz o contrário”, e nuclear, “ser diferente é acreditar em si mesmo”, emerge uma relação inferencial de concessão, pois, apesar do fato expresso na cláusula satélite ser condição para a não realização do fato expresso na cláusula núcleo, ele realiza-se, ou seja, apesar do mundo inteiro dizer que não é possível, aquele que é diferente continuará acreditando em si mesmo. Esta relação é reforçada pela preposição *até*, que introduz uma noção de contrário à expectativa.

Acreditamos tratar-se também de um caso de marcação, uma vez que o uso menos prototípico da conjunção parece criar um impacto discursivo maior ao texto. A cláusula hipotática funciona como *fundo*, fornecendo um cenário para o evento descrito na porção satélite.

6.2.8 Propaganda da Chevrolet

*Estar ali, presente,
mesmo quando você não vê ninguém ao seu lado.
Assim é o Chevrolet Road Service.*

Quando compra um Chevrolet, você conta com serviços de assistência durante o período da garantia do veículo sem pagar nada a mais por eles. Em caso de emergência, é só ligar e pedir ajuda, onde quer que você esteja. Imprevistos podem acontecer. Mas tenha certeza: se você precisar, estaremos lá. Saiba mais em nosso site.

Chevrolet Road Service
Com você, por você, para você.

CONTE COMIGO

CHEVROLET

*Estar ali, presente,
mesmo quando você não vê ninguém ao seu lado.
Assim é o Chevrolet Road Service.*

Quando compra um Chevrolet, você conta com serviços de assistência durante o período da garantia do veículo sem pagar nada a mais por eles. Em caso de emergência, é só ligar e pedir ajuda, onde quer que você esteja. Imprevistos podem acontecer. Mas tenha certeza: se você precisar, estaremos lá. Saiba mais em nosso site.

Chevrolet Road Service
Com você, por você, para você.

Chevrolet & Você

www.chevrolet.com.br
0800-702-4200

Agenda Chevrolet & Você
Cadastre-se no www.chevrolet.com.br/agenda.
Agende seus serviços que a Chevrolet está com você.

Figura 15 – [Propaganda Chevrolet].
Fonte: Revista Veja, edição 2171, 26 jun. de 2010.

A propaganda da Chevrolet, veiculada em 2010 na Revista Veja, procura transmitir uma mensagem de confiança para seus potenciais clientes, o que se pode verificar nos textos que se encontram em letras maiores na propaganda “conte comigo” e “Chevrolet & Você”. O fato de não haver ninguém ao nosso lado, pode ser visto como uma condição suficiente para termos a sensação de que estamos sós,

principalmente numa situação como a ilustrada pela imagem que compõe a propaganda da Chevrolet, que mostra um grupo de amigos tirando fotos ao fundo e um jovem sozinho em destaque. No entanto, apesar da aparente solidão, o jovem que estrela a campanha está sorrindo.

A tranquilidade e alegria do jovem podem ser explicadas a partir da junção das palavras “Chevrolet” e “você” que são unidas pelo cartaz que o rapaz segura. Se considerarmos o termo solidão nesse contexto como desamparo, podemos entender que caso se adquira um veículo da marca, jamais se estará só, mesmo quando não houver ninguém ao lado, pois a empresa promete serviços de assistência ininterrupta durante o período abrangido pela garantia do veículo, sem nenhuma cobrança de taxa a mais por eles, como podemos verificar no corpo do texto: “Em caso de emergência, é só ligar e pedir ajuda, aonde quer que você esteja. Imprevistos podem acontecer. Mas tenha certeza: se você precisar, estaremos lá”.

Nesse sentido, pode-se dizer que a afirmação da cláusula núcleo, “estar ali presente”, independe do que está afirmado na cláusula satélite, “mesmo quando você não vê ninguém ao seu lado”, proporcionando uma relação inferencial de concessão da articulação das cláusulas. Assim como na análise da Figura 07, propaganda SBP, acreditamos que o valor concessivo presente na cláusula hipotática pode advir da interferência da partícula *mesmo*. Novamente a cláusula hipotática funciona como *fundo*, fornecendo um cenário para o evento descrito na porção núcleo.

Chamou-nos a atenção o fato do conectivo **quando** vir precedido pelas partículas *mesmo* ou *até* nas 04 (quatro) propagandas nas quais detectamos a relação inferencial de concessão. Acreditamos que, nestes casos, o uso menos prototípico do conectivo advém do valor argumentativo da união das partículas *até* e *mesmo* e do conectivo **quando**.

6.2.9 Propaganda da Petrobras

A Petrobras faz história. E está fazendo o futuro.

A Petrobras faz história quando desafia limites, vai além das expectativas. Quando é considerada **a oitava maior empresa do planeta em valor de mercado**¹. A Petrobras faz história quando é reconhecida como a **mais socialmente responsável no Brasil**². Quando é eleita a **quarta empresa mais respeitada do mundo**³. Quando desenvolve tecnologia para encontrar petróleo a mais de 6 mil metros de profundidade no fundo do mar. Quando está pronta para transformar o petróleo do pré-sal em rentabilidade para os acionistas, compromisso com a cidadania, cultura, meio ambiente, crescimento e desenvolvimento do país. **E isso é mais que fazer história. É fazer o futuro.**

PETROBRAS
O desafio é a nossa energia

www.petrobras.com.br

Figura 16 – [Propaganda Petrobras].
Fonte: Revista Veja, edição 2126, 19 ago. de 2009.

A propaganda da Petrobrás, veiculada na Revista Veja no ano de 2009, parece-nos buscar uma identidade da empresa com o Brasil, como podemos observar na bandeira brasileira formada por um mosaico de brasileiros em situações e locais diversos. Para tanto elenca os avanços tecnológicos da empresa, aliando-os a sua responsabilidade social, procurando transmitir a mensagem de que não são somente

os acionistas que lucram com o desenvolvimento da Petrobrás (convém ressaltar que a empresa não é totalmente brasileira), mas também todos os brasileiros.

O título da propaganda, “A Petrobras fez história. E está fazendo o futuro.”, remete ao passado histórico da empresa ao mesmo tempo em que aponta para o seu futuro, que de acordo com o corpo do texto está sendo construído.

Criada em 1953 pela Lei 2.004, a história da Petrobras está interligada a história política do Brasil e da exploração do petróleo em solo brasileiro. De acordo com a Petrobras (2012), na década de 50, a esquerda brasileira lançou a campanha “O Petróleo é nosso” indo contra o grupo político que concordava com a exploração do petróleo brasileiro por empresas ou países estrangeiros sob a alegação de que o país não possuía recursos nem técnica suficiente para fazê-lo. Em resposta, o então presidente Getúlio Vargas assinou a referida lei criando a Petrobras.

O corpo do texto procura demonstrar que os questionamentos sobre a capacidade técnica do Brasil para explorar o petróleo fazem parte do passado e que a empresa está construindo o futuro. Ao fazer o futuro, a empresa continua a fazer parte da história, e os motivos que levam a tal afirmação são elencados por cinco (05) cláusulas hipotáticas que demonstram que aliada à inovação tecnológica está a responsabilidade socioeconômica.

Tendo em vista que consideramos como causais as cláusulas satélites que exprimam a causa real, como também a razão, o motivo, a justificativa ou a explicação da proposição expressa na cláusula núcleo, acreditamos que todas as seis (06) cláusulas iniciadas pelo conectivo **quando** que se articulam à cláusula núcleo “A Petrobrás faz história” fazem parte deste grupo: “Quando é considerada **a oitava maior empresa do planeta em valor de mercado**”; “quando é **reconhecida como a mais socialmente responsável no Brasil.**”; Quando é eleita **a quarta empresa mais respeitada do mundo**”; “Quando desenvolve tecnologia para encontrar petróleo a mais de 6 mil metros de profundidade no fundo do mar”; “Quando está pronta para transformar o petróleo do pré-sal em rentabilidade para os acionistas, compromisso com a cidadania, cultura, meio ambiente, crescimento e desenvolvimento do país” (grifos do autor).

Ainda que possamos inferir uma relação de temporalidade da articulação das cláusulas, demonstrando que naquele momento ela está fazendo história e dessa forma construindo o futuro, parece-nos muito mais evidente a relação de motivo e justificativa que emerge da articulação de cláusulas para ratificar o que está sendo dito na porção núcleo, ou seja, de que a Petrobras faz história. Os trechos em negrito ajudam a ratificar tal análise, uma vez que mostram a importância da empresa no cenário nacional e mundial.

Todas as cláusulas hipotáticas encontram-se pospostas à cláusula núcleo, elas atuam como *fundo* e tem uma função avaliadora. De acordo com Decat (2001), isso acontece com as relações hipotáticas de *motivo*, que englobariam as causais, principalmente quando expressam ‘razão’ não para o evento, mas para o emissor.

6.3 Quantificação dos dados

Considerando a divisão das propagandas em 05 grandes grupos, por proximidade de comportamento do conectivo, apresentamos a seguir os dados quantitativos obtidos após a análise de todo o *corpus*, objetivando uma visualização panorâmica dos dados.

Relações de Tempo		Relações de Tempo e Condição		Relações de Causa e Tempo		Relações de Condição		Relações de Concessão		Total	
N	N	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
50	45.0	42	37.9	6	5.4	9	8.1	4	3.6	111	100

Tabela 01: Ocorrências do conectivo ‘quando’ por tipo de relação inferencial.

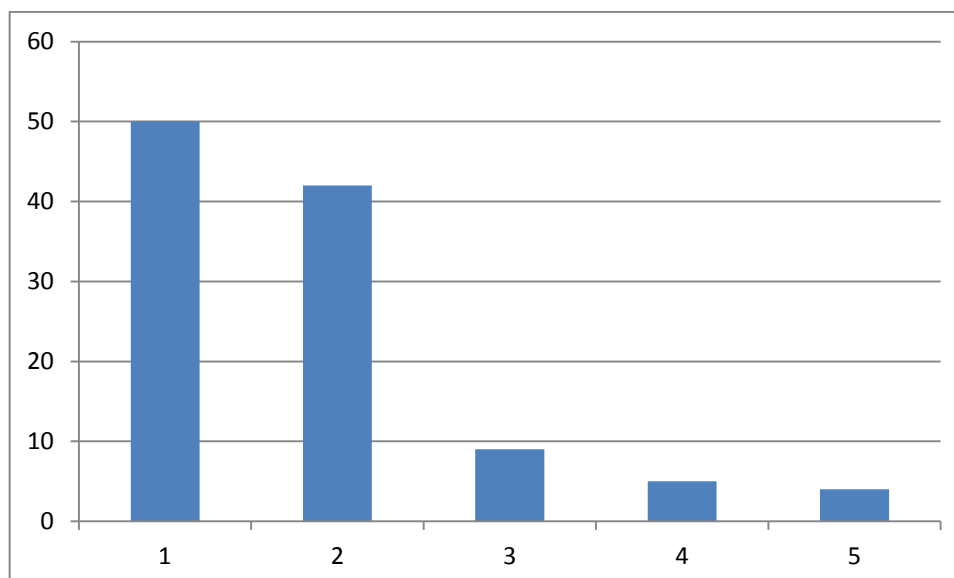


Gráfico 01: Ocorrências do conectivo 'quando' por tipo de relação inferencial.

Legenda:

- 01 – Relações inferenciais de tempo
- 02 – Relações inferenciais de tempo e condição
- 03 – Relações inferenciais de condição
- 04 – Relações inferenciais de concessão
- 05 – Relações inferenciais de causa e tempo

De um universo de 92 (noventa e duas) propagandas e 111 (cento e onze) ocorrências do conectivo **quando** em cláusulas satélites, detectamos: 09 (nove) ocorrências condicionais, sendo 05 (cinco) antepostas, 01 (uma) intercalada e 03 (três) pospostas; 42 ocorrências condicionais/temporais, sendo 26 (vinte e seis) antepostas, 04 (quatro) intercaladas e 12 (doze) pospostas; 50 (cinquenta) temporais, sendo 24 (vinte e quatro antepostas) e 26 (vinte e seis) pospostas; 04 (quatro) concessivas, todas pospostas; 06 causais/temporais, todas pospostas.

Embora o *corpus* coletado para a nossa pesquisa não nos permita uma análise de variáveis sociais clássicas, como gênero e faixa etária, valemo-nos neste trabalho da análise quantitativa de nossos dados, seguindo alguns princípios da metodologia de trabalho da Sociolinguística. Cabe ressaltar que esta não é uma análise nos moldes da Sociolinguística Laboviana, tendo em vista que o objetivo da quantificação dos dados foi permitir uma descrição mais sistemática e conseqüentemente uma maior

compreensão sobre o fenômeno. Tal concepção de análise é defendida por Givón (1984, apud BENTIVOGLIO, 1987, p.25), para quem “[...] o estudo sistemático e quantificado da sintaxe no discurso serve como uma transição necessária e natural para relacionar a língua e a comunicação com os processos cognitivos”.

Conforme exposto anteriormente, em geral as gramáticas escolares apontam um único uso para o conectivo **quando**, mas, ao observamos a língua em seu uso efetivo, encontramos outras possibilidades. Embora saibamos que para a sociolinguística variacionista o conceito de variável dependente implica a alternância de dois ou mais elementos linguísticos para desempenhar uma mesma função, o que não se aplica a nossa pesquisa, consideramos as várias possibilidades de uso do conectivo **quando** como nossa variável dependente.

Guy e Zilles (2007) alertam para o fato de que os programas do pacote Varbrul não devem ser usados para análise de valores ordinais, contínuos ou de intervalo. Considerando que nossos valores são discretos e nossas variáveis nominais, optamos por utilizar o programa, com o intuito de obter a distribuição e a frequência dos grupos de fatores que podem influenciar o uso menos prototípico do conectivo **quando**. Os autores também alertam para os problemas que podem surgir ao utilizarmos uma variável dependente enéaria, assim como preconiza 05 variantes para a variável dependente. Mas como os problemas incidem sobre o valor atribuído ao peso relativo, decidimos dar continuidade a nossa análise no programa Goldvarb X.

Ao rodarmos os dados¹² no Goldvarb X, obtivemos uma série de nocautes, termo usado para apontar a realização categórica da variável. Uma vez que nossa intenção é obter apenas a frequência dos dados, optamos por não excluir ou associar nenhum deles. Não demos prosseguimento às rodadas, step-up/step-down, e ficamos apenas com as análises obtidas no nível 1, levando em consideração somente a distribuição e a frequência.

¹² Segundo Neves (2000) e Mira Mateus et al. (2003), o tempo e o modo verbal podem influenciar os diversos usos da conjunção **quando**. Porém, tendo em vista a especificidade do nosso *corpus* de estudo, decidimos ampliar o número de fatores observados, para verificarmos se fatores não verbais ou mesmo extralinguísticos poderiam indicar o uso menos prototípico do referido conectivo, conforme especificado no ANEXO A.

A seguir apresentamos os principais resultados:

Coluna 2 - TEMPO VERBAL (CORRELAÇÃO DOS VERBOS NAS DUAS ORAÇÕES)	N/TOTAL	%
a – presente c/ presente	88/111	79.3%
b – pretérito perf. c/ pretérito perfeito	4/111	3.6%
c – pretérito imperfeito com pretérito imperfeito	2/111	1.8%
d – pretérito perfeito com pretérito imperfeito	1/111	0.9%
f – futuro simples com futuro simples	4/111	3.6%
g – presente (principal) com futuro simples (subordinada)	5/111	4.5%
h – presente (principal) com pretérito imperfeito (subordinada)	2/111	1.8%
k – futuro simples (principal) com presente (subordinada)	1/111	0.9%
v – presente (principal) com pretérito perfeito (subordinada)	4/111	3.6%
Coluna 3 - MODO VERBAL	N/TOTAL	%
i – indicativo/indicativo	99/111	89.2%
l – indicativo(principal) / subjuntivo (subordinada)	8/111	7.2%
m – imperativo (principal) / indicativo (subordinada)	2/111	1.8%
q – imperativo (principal) / subjuntivo (subordinada)	2/111	1.8%
Coluna 4 - POSIÇÃO DA ORAÇÃO SUBORDINADA NA CLÁUSULA	N/TOTAL	%
A – Anteposta à oração principal	55/111	49.5%
P – posposta à oração principal	51/111	46.0%
I – Intercalada	5/111	4.5%
Coluna 5 - POSIÇÃO DO ELEMENTO NA PEÇA PUBLICITÁRIA	N/TOTAL	%
T – título	34/111	30.6%
C - corpo do texto	77/111	69.4%
S – slogan	0/111	0%
Coluna 6 - POSSUI ELEMENTO GRAMATICAL NA CLÁUSULA COM RELAÇÃO DIRETA COM A FUNÇÃO QUE O ELEMENTO DESEMPENHA NA ORAÇÃO	N/TOTAL	%
O – sim	30/111	27.0%
N – não	81/111	73.0%
Coluna 7 - POSSUI ELEMENTO NA PEÇA QUE FAVOREÇA A FUNÇÃO DESEMPENHADA PELO ELEMENTO NA CLÁUSULA	N/TOTAL	%
X – sim (linguagem verbal)	54/111	48.6%
Z – sim (linguagem não verbal – imagem)	0/111	0.0%
Y – sim (verbal e não verbal)	6/111	5.4%
U – sim (social)	9/111	8.1%
W – não possui	42/111	37.8%

Tabela 02 – Apresentação dos resultados obtidos no programa GoldVarb.

A análise dos dados quantitativos (ANEXO B) permitiu-nos fazer as observações expostas a seguir.

De acordo com Neves (2000), a correlação de presente com presente e pretérito imperfeito com pretérito imperfeito, que caracterizam uma perspectiva global **imperfectiva de estados de coisas simultâneos**, favorece uma interpretação **condicional**. Ainda segundo a autora, a correlação de pretérito perfeito com pretérito perfeito, que configura telecidade, ou seja, **aspecto perfectivo** do conjunto da construção, pode favorecer uma interpretação causal. No entanto, no *corpus* analisado, observamos, conforme tabela exposta a seguir, que a correlação de presente com presente aparece em todas as ocorrências do conectivo **quando**. A única propaganda na qual detectamos o uso causal do conectivo, com seis (06) ocorrências, também encontrava-se na correlação dos tempos presente com presente, e não no pretérito perfeito com pretérito perfeito. A partir desses dados, acreditamos que a correlação dos tempos verbais pode favorecer os outros usos para o referido conectivo, mas não pode ser considerada como um fator que, por si só, justifique o uso menos prototípico do conectivo **quando** no *corpus* analisado.

Correlação dos tempos verbais	Relações de Tempo		Relações de Condição		Relações de Tempo e Condição		Relações de Concessão		Relações de Causa e Tempo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pres./pres.	33	29.7	8	7.2	38	34.2	3	2.7	6	5.4	88	79.3
Pretérito perfeito c/ pretérito perfeito	04	3.6	0	-	0	-	0	-	0	-	04	3.6
Pretérito imp. c/ pretérito imp.	02	1.8	0	-	0	-	0	-	0	-	02	1.8
Total de Ocorrências	39	35.1	8	7.2	38	34.2	3	2.7	6	5.4	94	84.7

Tabela 03: Ocorrências do conectivo 'quando' por tipo de relação inferencial e correlação dos tempos verbais.

Em relação ao modo verbal, a correlação entre o indicativo e indicativo apareceu em todas as ocorrências do conectivo **quando** analisadas neste trabalho, representando 89% (oitenta e nove por cento) das ocorrências, o que, a nosso ver, indica que a correlação dos tempos verbais também não pode ser tomada como um fator que justifique o uso mais ou menos prototípico do conectivo no *corpus*.

No que se refere à posição da cláusula satélite no processo de articulação, verificamos que todas as ocorrências do conectivo **quando** analisadas neste trabalho aparecem na posição de posposição em relação à cláusula nuclear, como podemos observar a seguir na Tabela 04. De acordo com Decat (2001), a posposição da cláusula hipotática pode ser compreendida por sua função primeira, que é a de emoldurar a informação que a precedeu, mesmo nos casos em que emerge uma proposição relacional de concessão, que devido à sua natureza contrastiva deveria aparecer anteposta.

Na posição de anteposição, aparecem as relações de tempo, tempo e condição e condição. A anteposição da cláusula hipotática no *corpus* analisado, deve-se tanto a necessidade de adequação das cláusulas na relação núcleo-satélite em virtude da sequência temporal dos eventos, quanto pela função de tópico assumida em alguns casos. Embora tenha ocorrido em número reduzido, apenas cinco (05) ocorrências, chamou-nos a atenção o fato de o uso prototípico do conectivo, temporal, não ter ocorrido na posição intercalada. Talvez esse seja um fator que possa indicar algum favorecimento para o uso menos prototípico do conectivo no gênero propaganda, mas é necessária a ampliação do *corpus* para que possamos chegar a um resultado consistente.

Posição da oração satélite na cláusula	Relações de Tempo		Relações de Condição		Relações de Tempo e Condição		Relações de Concessão		Relações de Causa e Tempo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Posposta à principal	26	23.4	3	2.7	12	10.9	4	3.6	6	5,4	51	46.0
Anteposta à principal	24	21.6	5	4.5	26	23.4	0	-	0	-	55	49.5
Intercalada	0	-	1	0.9	4	3.6	0	-	0	-	5	4.5
Total de Ocorrências	50	45.0	9	8.1	42	37,9	4	3.6	6	5,4	111	100

Tabela 04: Ocorrências do conectivo 'quando' por tipo de relação inferencial e posição da cláusula hipotática.

Os outros fatores observados, colunas cinco a sete, que estão mais relacionados às especificidades das propagandas, não apontaram influência no uso mais prototípico, temporal, ou menos prototípico, condicional, temporal e condicional, concessivo e causal e temporal do conectivo **quando** no *corpus* analisado.

7 CONCLUSÃO

Ao analisarmos o processo de articulação das orações, percebemos que, em gramáticas tradicionais, o estudo da coordenação e subordinação está associado a termos como dependência e independência. No caso específico do nosso trabalho, as cláusulas hipotáticas de realce, orações subordinadas adverbiais nas gramáticas tradicionais, a definição se dá a partir do conectivo que encabeça as orações, restringindo a análise a critérios sintáticos e semânticos.

Como nossa intenção era analisar as relações inferenciais que emergem da articulação de cláusulas no discurso, demonstrando que o uso influencia diretamente a classificação de um item linguístico, adotamos a perspectiva funcionalista da linguagem, que considera o contexto linguístico e a situação extralinguística para explicar a língua, assim como defende a interdependência dos fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos. Valemo-nos, principalmente, do conceito de marcação e da teoria dos protótipos para identificar e analisar o uso do conectivo **quando** em contextos reais de uso dentro de um *continuum*.

Para embasar o estudo do processo de articulação das cláusulas, cerne de nossa pesquisa, utilizamos o postulado de Mathiessen e Thompson (1987) de que a articulação entre orações ocorre em dois níveis, a parataxe e a hipotaxe, e que a classificação não pode ser baseada em critérios estritamente sintáticos e semânticos. Adotamos a definição de hipotaxe de realce, segundo a qual nesse tipo de articulação uma cláusula intensifica outra cláusula circunstancialmente. Assumimos a proposição de Decat (2001) que defende a necessidade de uma análise que considere o nível supra-sentencial, e buscamos avaliar a que funções discursivas o processo de articulação de cláusulas estava servindo.

Visando a uma melhor compreensão de nosso objeto de estudo, realizamos um registro cronológico sucinto dos usos do conectivo **quando**, desde o latim até os dias atuais, que demonstrou que a multifuncionalidade do referido conectivo não é um fenômeno atual.

No processo de análise, além de nossa capacidade intuitiva de falante nativos da língua, aplicamos perguntas objetivas desenvolvidas a partir das abordagens de Neves (2000) e Mira Mateus et. al. (2003), denominadas testes, que nos permitiram reduzir possíveis aspectos subjetivos no processo de classificação e nos auxiliaram na quantificação dos dados.

As análises realizadas constataram outros usos para o conectivo **quando**, além do prototípico, em propagandas, apesar das gramáticas tradicionais, em geral, apontarem apenas o valor temporal para o respectivo conectivo. De um universo de 111 (cento e onze) ocorrências analisadas, 55% (cinquenta e cinco por cento), 61 (sessenta e uma) ocorrências, apresentaram o conectivo estabelecendo outros usos além do prototípico, com nuances associadas ou não ao caráter temporal. Esses dados demonstram a importância de se trabalhar com a língua em uso e de um processo de análise que não se restrinja ao nível sentencial.

Verificamos que fatores sintáticos como tempo e modo verbal tem valor dentro da análise do conectivo **quando**, mas não influenciam diretamente no seu valor semântico, em consonância com a proposição de Decat (2001) de que a inferência pode ser 'guiada' pela gramática, mas estes fatores não devem ser tomados como parâmetros isolados, uma vez que a relação inferencial existe independentemente de qualquer marca. Em relação à posição da cláusula, verificamos que a aparente liberdade das cláusulas hipotáticas pode ser compreendida pela função que assumem na organização do discurso.

Detectamos um número considerável de ocorrências, 43% (quarenta e três por cento), 48 (quarenta e oito) ocorrências, nas quais foi possível constatar a existência de mais de uma inferência para o conectivo **quando**, indo ao encontro da proposição de Decat (2001) de que tal fator decorre da perda lexical por parte do conectivo, corroborando a postulação de que a relação adverbial é dada pela proposição relacional que emerge entre as cláusulas, e não apenas pelo conectivo que encabeça a cláusula hipotática.

Acreditamos que os sentidos de causa, condição ou concessão não excluem o sentido temporal, e como constatamos com a análise do *corpus*, em muitos casos, há uma sobreposição desses sentidos, levando-nos a crer que as relações

inferenciais que emergem da articulação de cláusulas estão ligadas às intenções do falante e, por isso, faz-se necessária uma análise que não fique restrita a critérios estritamente formais.

Não foi nosso objetivo fazer um trabalho voltado para o processo de ensino-aprendizagem, mas as discussões ora apresentadas mostram-se relevantes para o ensino de língua materna e serão exploradas em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, J. C. **Iniciação à sintaxe do português**. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BARRETO, T. M. M. **Gramaticalização das conjunções na história do português**. 1999. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1999. 3v.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BENTIVOGLIO, P. A variação nos estudos sintáticos. **Estudos Linguísticos**, Campinas, v.14, p. 7- 30,1987.

BORBA, F. S. **Dicionário de usos do português contemporâneo do Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

CANÇADO, M. **Manual de semântica: noções básicas e exercícios**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CARVALHO, N. **Publicidade: a linguagem da sedução**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

COSTA, S. R. **Dicionário de gêneros textuais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DECAT, M. B. N. **“Leite com manga morre!”: da hipotaxe adverbial no português em uso**. 1993. 287f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.

_____. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de unidade informacional. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 23-28,1999.

_____. **Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista**. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

FERREIRA, V. P. **A conjunção subordinativa *quando* na perspectiva funcional discursiva**. 2008, 130 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Linguística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003. p. 29-55.

FURTADO DA CUNHA, A. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 157-176.

GIVÓN, T. **Syntax**: an introduction. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001. 2 v.

GÓIS, C. **Método de análise (léxica e lógica) ou sintaxe das relações**. 20. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1955.

GUY, G.; ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo, Parábola, 2007. p. 205-230.

HIRATA-VALE, F. B. M. Para uma interpretação condicional de construções temporais do português: contextos de uso. **Alfa: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 167-177, 2008.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Introdução à lingüística textual**: trajetória e grandes temas. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

LUFT, C. P. **Moderna gramática brasileira**. São Paulo: Globo, 2002.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; BEZERRA, M. A.; MACHADO, A. R. (Org.) **Gêneros Textuais e Ensino**: Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARTELOTTA, M. E. Operadores argumentativos e marcadores discursivos. In: VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M.; MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Gramaticalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. p. 82-136.

MARTELOTTA, M. E.; AREAS, E. K. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Lingüística Funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003. p. 17-28.

MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. **The structure of discourse and "subordination"**. Yale University Computer Science Library. University of Southern California. Publicação original 31 de dezembro de 1987. Publicação eletrônica 16 de setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.ip.com./pubview/IPCOM000128671D>>. Acesso em: 20 maio 2012.

MEIRA, A. C. G. A. **A articulação de orações em provérbios do português em uso**: uma análise das relações retóricas. 2011, 150 f. Dissertação (Mestrado em

Linguística Teórica e Descritiva) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

MIRA MATEUS, M. H. et al. **Gramática da língua portuguesa**. 6. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

OLÍMPIO, H. O. Articulação de orações: uma questão sintática, semântica e discursiva. **Revista (con) textos lingüísticos**, Vitória, n. 1, p. 69-78, 2007.

PANTE, M. R.; MACEIS, V. A. O conectivo *quando* na fase arcaica do português, **Soletras**, São Gonçalo, ano 9, n. 17, p. 84-91, 2009.

PAVEAU, M. A.; SARFATI, G. E. **As grandes teorias da linguística**. São Carlos: Claraluz, 2006.

Petrobras e o Petróleo no Brasil. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/petrobras-e-o-petroleo-no-brasil>>. Acesso em: 20 set. 2012.

PEZZATI, E. G. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 165-218.

RAMOS, M. A. B.; SILVA, C. R. **A hipotaxe adverbial: uma análise das relações lógico-semânticas inferidas nas orações introduzidas pelo quando**. Disponível em: <<http://www.gelne.org.br/Site/arquivostrab/358-A%20HIPOTAXE%20ADVERBIAL-trabalho%20completo%20GELNE.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SANDMANN, A. J. **A linguagem da propaganda**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. **Goldvarb X: variable rule application for Macintosh and Windows**. Toronto: University of Toronto, 2005.

VEJA. Acervo Digital. Disponível em: <<http://www.veja.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 14 set. 2009.

ANEXO A - CHAVE DE CODIFICAÇÃO

Coluna 1 – Variantes da VARIÁVEL DEPENDENTE

1	tempo
2	tempo/condição
3	condição
4	concessão
5	causa/tempo

VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Linguísticas
<p>Coluna 2 – TEMPO VERBAL (CORRELAÇÃO DOS VERBOS NAS DUAS ORAÇÕES)</p> <p>a – presente com presente</p> <p>b – pretérito perfeito com pretérito perfeito</p> <p>c – pretérito imperfeito com pretérito imperfeito</p> <p>d – pretérito perfeito com pretérito imperfeito (em qualquer das duas orações)</p> <p>e – pretérito mais-que-perfeito na oração subordinada com pretérito perfeito na oração principal.</p> <p>f – futuro simples com futuro simples</p> <p>g – presente (principal) com futuro simples (subordinada)</p> <p>h – presente (principal) com pretérito imperfeito (subordinada)</p> <p>k – futuro simples (principal) com presente (subordinada)</p> <p>v – presente (principal) com pretérito perfeito (subordinada)</p>
<p>Coluna 3 - MODO VERBAL</p> <p>i – indicativo/indicativo</p> <p>s – subjuntivo/subjuntivo</p> <p>l – indicativo(principal) / subjuntivo (subordinada)</p> <p>m – imperativo (principal) / indicativo (subordinada)</p> <p>q – imperativo (principal) / subjuntivo (subordinada)</p>

Coluna 4 - POSIÇÃO DA ORAÇÃO SUBORDINADA NA CLÁUSULA

A – Anteposta à oração principal

P – posposta à oração principal

I - Intercalada

Coluna 5 - POSIÇÃO DO ELEMENTO NA PEÇA PUBLICITÁRIA

T – título

C - corpo do texto

S - slogan

Coluna 6 - POSSUI ELEMENTO GRAMATICAL NA CLÁUSULA COM RELAÇÃO DIRETA COM A FUNÇÃO QUE O ELEMENTO DESEMPENHA NA ORAÇÃO

O – sim

N - não

Coluna 7 - POSSUI ELEMENTO NA PEÇA QUE FAVOREÇA A FUNÇÃO DESEMPENHADA PELO ELEMENTO NA CLÁUSULA

X – sim (linguagem verbal)

Z – sim (linguagem não-verbal – imagem)

Y – sim (verbal e não-verbal)

U – sim (social)

W – não possui

ANEXO B – ANÁLISE DE DADOS NO GOLDVARB

• GROUPS & FACTORS • 08/08/2012 20:25:15

```

-----
Group  Default  Factors
1      1      12534
2      f      fagdbhkcv
3      l      limq
4      P      PAI
5      T      TC
6      N      NO
7      X      XYWU
    
```

• CELL CREATION • 08/08/2012 20:27:22

```

Name of token file: dados.tkn
Name of condition file: dados.cnd
(
; Identity recode: All groups included as is.
(1)
(2)
(3)
(4)
(5)
(6)
(7)
)
    
```

```

Number of cells: 44
Application value(s): 12534
Total no. of factors: 24
    
```

Group	1	2	5	3	4	Total	%
1 (2)	1	2	5	3	4		
f N	3	1	0	0	0	4	3.6
%	75.0	25.0	0.0	0.0	0.0		* KnockOut *
a N	33	38	6	8	3	88	79.3
%	37.5	43.2	6.8	9.1	3.4		
g N	2	3	0	0	0	5	4.5
%	40.0	60.0	0.0	0.0	0.0		* KnockOut *
d N	1	0	0	0	0	1	0.9
%	100.0	0.0	0.0	0.0	0.0		* KnockOut *
b N	4	0	0	0	0	4	3.6
%	100.0	0.0	0.0	0.0	0.0		* KnockOut *
h N	2	0	0	0	0	2	1.8

	%	100.0	0.0	0.0	0.0	0.0			* KnockOut *
k	N	0	0	0	0	1	1	0.9	
	%	0.0	0.0	0.0	0.0	100.0			* KnockOut *
c	N	2	0	0	0	0	2	1.8	
	%	100.0	0.0	0.0	0.0	0.0			* KnockOut *
v	N	3	0	0	1	0	4	3.6	
	%	75.0	0.0	0.0	25.0	0.0			* KnockOut *
Total	N	50	42	6	9	4	111		
	%	45.0	37.8	5.4	8.1	3.6			

2 (3)		1	2	5	3	4			
l	N	6	2	0	0	0	8	7.2	
	%	75.0	25.0	0.0	0.0	0.0			* KnockOut *
i	N	43	37	6	9	4	99	89.2	
	%	43.4	37.4	6.1	9.1	4.0			
m	N	1	1	0	0	0	2	1.8	
	%	50.0	50.0	0.0	0.0	0.0			* KnockOut *
q	N	0	2	0	0	0	2	1.8	
	%	0.0	100.0	0.0	0.0	0.0			* KnockOut *
Total	N	50	42	6	9	4	111		
	%	45.0	37.8	5.4	8.1	3.6			

3 (4)		1	2	5	3	4			
P	N	26	12	6	3	4	51	45.9	
	%	51.0	23.5	11.8	5.9	7.8			
A	N	24	26	0	5	0	55	49.5	
	%	43.6	47.3	0.0	9.1	0.0			* KnockOut *
I	N	0	4	0	1	0	5	4.5	
	%	0.0	80.0	0.0	20.0	0.0			* KnockOut *
Total	N	50	42	6	9	4	111		
	%	45.0	37.8	5.4	8.1	3.6			

4 (5)		1	2	5	3	4			
T	N	16	12	0	3	3	34	30.6	
	%	47.1	35.3	0.0	8.8	8.8			* KnockOut *
C	N	34	30	6	6	1	77	69.4	
	%	44.2	39.0	7.8	7.8	1.3			

Total N	50	42	6	9	4	111	
%	45.0	37.8	5.4	8.1	3.6		

5 (6)	1	2	5	3	4		
N N	32	34	6	8	1	81	73.0
%	39.5	42.0	7.4	9.9	1.2		
O N	18	8	0	1	3	30	27.0
%	60.0	26.7	0.0	3.3	10.0		* KnockOut *
Total N	50	42	6	9	4	111	
%	45.0	37.8	5.4	8.1	3.6		

6 (7)	1	2	5	3	4		
X N	23	24	0	7	0	54	48.6
%	42.6	44.4	0.0	13.0	0.0		* KnockOut *
Y N	3	1	1	0	1	6	5.4
%	50.0	16.7	16.7	0.0	16.7		* KnockOut *
W N	24	14	0	2	2	42	37.8
%	57.1	33.3	0.0	4.8	4.8		* KnockOut *
U N	0	3	5	0	1	9	8.1
%	0.0	33.3	55.6	0.0	11.1		* KnockOut *
Total N	50	42	6	9	4	111	
%	45.0	37.8	5.4	8.1	3.6		

TOTAL N	50	42	6	9	4	111	
%	45.0	37.8	5.4	8.1	3.6		

Name of new cell file: dados.cel